

INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO

Termo de Referência 153/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
153/2026	158154-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	GUILHERME VINICIUS ASCENDINO SILVA	19/06/2026 16:19 (v 0.9)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	128/2026	23305.011626.2026-60

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição de desktops e monitores para o Instituto Federal de São Paulo (IFSP), incluindo garantia on-site e suporte técnico especializado, destinados à operacionalização dos 13 campi novos instituídos pelo Programa Novo PAC (Lei nº 14.799/2024), que não possuem infraestrutura computacional, totalizando 2.100 equipamentos distribuídos em 7 itens, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	Item	Especificação Técnica	CATMAT	Unidade	Cód. PMC-TIC	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	1	Desktop Administrativo I	618576	Unidade	Não se aplica	325	11.328,17	3.681.655,25
	2	Desktop Administrativo II	618577	Unidade	Não se aplica	65	13.285,12	863.532,80
	3	Desktop Laboratório I	618576	Unidade	Não se aplica	520	11.340,05	5.896.826,00
	4	Desktop Laboratório II	618577	Unidade			13.546,96	5.283.314,40

				Não se aplica	390		
5	Desktop Design /Desenvolvimento	630956	Unidade	Não se aplica	80	23.356,37	1.868.509,60
6	Monitor de Vídeo Administrativo /Docente	451815	Unidade	Não se aplica	390	1.696,78	661.744,20
7	Monitor de Vídeo Acadêmico /Laboratório	451815	Unidade	Não se aplica	330	1.788,43	590.181,90
VALOR TOTAL CONSOLIDADO DA ATA					2.100	-	18.845.764,15

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como bem comum de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, XIII, Lei 14.133/2021). A solução visa viabilizar a infraestrutura computacional dos 13 campi novos decorrentes da expansão pelo Programa Novo PAC (Lei nº 14.799/2024), que não possuem equipamentos para início de operação. O suporte técnico e a garantia associada possuem natureza de serviço essencial para a continuidade das atividades administrativas e acadêmicas, em estrita observância à Portaria nº 2839/IFSP, de 09 de maio de 2025, que define os serviços contínuos no âmbito do Instituto Federal de São Paulo.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O fornecimento dos bens será realizado de forma parcelada, conforme a demanda, durante a vigência da contratação, observadas as condições definidas neste instrumento e na Ata de Registro de Preços, quando aplicável.

Prazo de vigência

1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do instrumento contratual, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade de prover infraestrutura computacional de operacionalização essencial para os 13 campi novos do IFSP, autarquia federal vinculada ao MEC, instituídos pelo Programa Novo PAC (Lei nº 14.799/2024), que se encontram em fase final de obras civis com inauguração prevista para o segundo semestre de 2026.

2.2. Essas unidades não possuem nenhum equipamento de informática. Sem desktops, monitores nem periféricos, laboratórios de ensino, setores administrativos e coordenações permanecem inoperantes. A ausência de infraestrutura compromete:

- a) O início do calendário letivo 2026.2, com matrículas já previstas; b) O atendimento presencial e remoto ao público; c) A operação dos sistemas institucionais obrigatórios (SUAP, SEI, SIAPE, SIAFI, SIPAC); d) O cumprimento das metas pactuadas com o MEC/SETEC no TED Novo PAC, que condiciona a liberação de parcelas à comprovação de funcionamento operacional.

2.3. O diagnóstico institucional que fundamenta esta contratação:

Situação identificada	Impacto	Evidência
Ausência total de infraestrutura nos 13 campi novos	Inoperância administrativa e acadêmica	Manifestação de Interesse dos Diretores-Gerais
SRP principal (Contratação 112/2026) sem ARP antes de nov/2026	Intervalo de 4-6 meses entre inauguração e disponibilidade	Cronograma processual (ETP, seção 2.4.2)
Volatilidade de semicondutores (memflation 2026: +125% DRAM, +234% NAND)	Risco de elevação de custos a cada mês de atraso	TrendForce /DRAMeXchange; ETP, seção 2.5
Equipes dos campi novos não consolidadas	Impossibilidade de conduzir processo próprio	IN SGD/ME nº 94/2022 (requisitos de EPC)

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS (PDI IFSP 2024-2028)

ID	Objetivo Estratégico	Relação com a Contratação
O E N2	Promover permanência e êxito dos estudantes	Ampliação e modernização dos laboratórios de informática
O E N5	Modernizar infraestrutura tecnológica	Substituição de equipamentos obsoletos em 57 unidades
O E N6	Melhorar condições de trabalho de servidores	Equipamentos adequados para PGD e atividades administrativas
OE11	Infraestrutura Tecnológica	Padronização e governança do parque de hardware
OE12	Gestão da Informação e Comunicação	Interoperabilidade e segurança dos ativos de TI

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2026 (PN IFSP nº 42/2024)

ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A03	Renovação do parque computacional dos campi	M04	Substituir 100% dos equipamentos com vida útil > 5 anos até 2027
A05	Padronização de estações de trabalho	M06	Reduzir modelos heterogêneos de 50+ para ≤ 10 configurações
A07	Implantação de gestão centralizada de endpoints	M09	100% do parque gerenciável via Faronics Ultimate Cloud
A12	Conformidade com IN GSI nº 05/2021	M15	100% do parque com TPM 2.0, Secure Boot e criptografia ativa

2.4. A contratação está fundamentada no seguinte arcabouço normativo:

Norma	Dispositivo	Aplicação
Lei nº 14.133/2021	Art. 18	Fase preparatória - ETP obrigatório
Lei nº 14.133/2021	Art. 23	Economia de escala via SRP (57 unidades)
Lei nº 14.133/2021	Art. 40, §1º	Vedação a direcionamento - benchmarks PassMark (3 fabricantes atendem)
Lei nº 14.133/2021	Art. 84	Vigência da ARP - 12 meses, prorrogável
	Art. 124, II,	Reequilíbrio por álea extraordinária (volatilidade)

Lei nº 14.133/2021	"d"	semicondutores)
Decreto nº 11.462/2023	Arts. 3º-17	Regulamenta SRP - demanda escalonada, 57 unidades geográficas
IN SGD/ME nº 94/2022	Arts. 9º-11	Contratação de soluções de TIC - ETP, TR, pesquisa de preços
IN SEGES/ME nº 65/2021	Art. 5º, IV	Pesquisa de preços - Inciso IV (cotação direta, 3 fornecedores)
IN GSI/PR nº 05/2021	Arts. 12-18	Segurança cibernética - Tripé CID, SLA, KYHD, firmware
Lei nº 13.709/2018 (LGPD)	Art. 46	Proteção de dados - criptografia, KYHD, privacidade
PN IFSP nº 155/2026	Seções 5-7	Estratégia de infraestrutura - specs, TCO, dimensionamento
PN IFSP nº 42/2024	—	PDTIC - alinhamento estratégico
PN IFSP nº 136/2025	Art. 7º	Uso de IA na elaboração de documentos
Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023	—	Modelo de contratação de estações de trabalho

2.5. A pesquisa de mercado (Pesquisa de Preços nº 133/2026, concluída em 16/05/2026) demonstrou a existência de, no mínimo, **3 (três) fabricantes** com soluções que atendem integralmente às especificações técnicas, garantindo a competitividade do certame (art. 40, §1º, Lei 14.133/2021):

Fornecedor	Fabricante	Linhas Corporativas Identificadas	Itens Atendidos
MICROTÉCNICA Informática	Acer	Veriton VSF110 (desktops), TravelMate P214/X214 (notebooks), CB242Y (monitores)	10/10
PerfilComp Tecnologia	D e l l Technologies	Pro Micro/Slim/Max (desktops), Pro 14/16/Max 16 (notebooks), Pro 22/24 (monitores)	10/10 ¹
Northware Comércio	Lenovo	ThinkCentre M70q Gen 6 (desktops), ThinkPad E14 Gen 7 (notebooks), ThinkVision T24/S24 (monitores)	10/10

¹ Dell: modelo cotado para Item 9 (monitor) não possui webcam integrada, trata-se de mero erro na indicação do modelo durante a pesquisa de preços; o fabricante possui modelos de valor equivalente com webcam integrada (linha Pro 24) que atendem integralmente às especificações. A divergência não desabona o fornecedor nem impede o andamento do certame.

Destaques técnicos dos modelos identificados:

- **Todos os fabricantes** já entregam DDR5 como padrão em linhas corporativas 2026;
- **Dell Pro Max Tower T2** (Item 5): único com GPU dedicada NVIDIA A1000 8GB na cotação;
- **Dell Pro Max 16 MC16250** (Item 8): NVIDIA RTX PRO 500 6GB GDDR7 + bateria 96Wh;
- **Lenovo ThinkCentre M70q Gen 6**: BIOS com autorreparo (NIST SP 800-193), NPU integrada;
- **Acer TravelMate**: certificação MIL-STD-810H em todos os notebooks cotados;
- **Todos**: TPM 2.0, Secure Boot, UEFI proprietária, Windows 11 Pro OEM, Wi-Fi 6E/7.

2.6. O contexto de mercado de semicondutores em 2026 justifica a adoção de mecanismos especiais de gestão de preços na Ata de Registro de Preços:

Fator de Mercado	Impacto	Mitigação Adotada
Demanda por IA/HBM (fabricantes priorizam hyperscalers)	Escassez de DRAM convencional para desktops/notebooks	Cotação direta atualizada (Inciso IV)
Concentração industrial (3 fabricantes = 95% DRAM)	Vulnerabilidade a realocação de capacidade	Vigência 12 meses + cláusula de reequilíbrio

Memflation (+125% DRAM, +234% NAND projetados 2026)	Pressão ascendente de preços	Cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro (art. 124, II, "d")
Tensões geopolíticas EUA-China-Holanda	Risco de interrupção de fornecimento	Equivalência técnica entre fabricantes (Intel + AMD)

Decisão técnica fundamentada: O Inciso I (PNCP/Painel de Preços) foi formalmente afastado para todos os 10 itens por apresentar Coeficiente de Variação entre 48% e 285%, estatisticamente inadequado para formação de preço confiável (fundamentação: SIGNOR et al., *Revista do TCU*, v. 154, 2024).

Adotou-se a Média Aritmética de 3 cotações diretas (Inciso IV, art. 5º, IV, IN SEGES/ME nº 65/2021), com CV entre 11,75% e 39,19%, dentro da faixa aceitável para hardware em mercado volátil.

2.7. A presente aquisição integra uma estratégia de provimento de infraestrutura computacional (art. 18, §1º, XI, Lei 14.133/2021), articulando-se com as seguintes contratações complementares:

Processo	Objeto	Tipo	Benefício para o Parque Renovado
323305.008160.2026-15	Faronics Ultimate Cloud (11.000 licenças)	Complementar	Distribuição remota de atualizações, instalação de software/drivers, restauração de SO, gestão de energia
Kaspersky Endpoint Security	Antivírus/EDR institucional	Complementar	Proteção contra malware nos endpoints adquiridos
Ivanti Neurons/ITAM	Gestão de ativos e patches	Complementar	Inventário automatizado via DMI 2.0, patch management centralizado

Independência da contratação: esta aquisição de hardware é **autônoma**, não há condicionante ou impedimento oriundo das contratações complementares. A compatibilidade é garantida pela exigência de Windows 11 Professional 64-bit (OEM). As soluções complementares serão instaladas pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação (CTI) do campus destinatário ou setor de TI responsável, após o recebimento definitivo, como etapa operacional interna.

2.8 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 10882594000165-0-000029/2026;
Data de publicação no PNCP:08/06/2026
Id do item no PCA: 266/2026
Classe/Grupo: 7010-Computadores
Identificador da Futura Contratação: 158154-128/2026

2.9 O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2026 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024 a 2028 do IFSP, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
OE 11	Adequar a infraestrutura física e tecnológica às necessidades das atividades finalísticas e administrativas (PDI 2024-2028).
OE 12	Fomentar o desenvolvimento e o uso de tecnologias educacionais e sociais (PDI 2024-2028).
	Garantir a manutenção e atualização dos ativos de TIC (PDI 2024-2028).

OE N1	
OE N4	<i>Promover a aquisição de equipamentos e softwares para laboratórios (PDI 2024-2028).</i>
M 22	<i>Alcançar 100% de infraestrutura física e tecnológica adequadas (PDI 2024-2028).</i>
M 23	<i>Alcançar 100% dos ambientes de aprendizagem (físicos e virtuais) com tecnologias educacionais implantadas (PDI 2024-2028).</i>
E G D Objetivo 1	<i>Oferecer serviços públicos digitais simples e intuitivos, consolidados em plataforma única (EGD 2020-2023).</i>
E G D Objetivo 2	<i>Promover a infraestrutura tecnológica necessária à transformação digital (EGD 2020-2023).</i>
E G D Objetivo 9	<i>Garantir a segurança e a proteção de dados (EGD 2020-2023)</i>

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024 a 2028			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
Ação 1.1	<i>Provimento de Infraestrutura Computacional Padronizada: Implementação de hardware que suporte as novas exigências de segurança cibernética (Antivírus /EDR) e sistemas institucionais (ETP /DFD).</i>	Meta 1	<i>Atualização e Modernização do Parque Tecnológico: Substituição de ativos em fim de vida útil (obsolescência) para assegurar a continuidade dos serviços institucionais (ETP/DFD).</i>
Iniciativa 1.2	<i>Garantia de Resiliência do Ambiente Digital: Focada no provimento de hardware capaz de suportar as novas camadas de segurança cibernética, como Antivírus e EDR (ETP/DFD).</i>	Meta 1	<i>Atualização e Modernização do Parque Tecnológico (ETP/DFD).</i>

2.10 Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

2.11 A contratação por meio de Registro de Preços mostra-se adequada à natureza da demanda, pois permite o atendimento conforme o cronograma de inauguração dos 13 campi novos, compatibilizando as entregas com a conclusão das obras civis e a programação orçamentária do IFSP.

2.12 A solução proposta deve ser entendida como parte da estratégia de operacionalização dos campi do Novo PAC, não se limitando à simples aquisição de bens, mas à viabilização da infraestrutura tecnológica mínima necessária ao início das atividades administrativas e acadêmicas dessas unidades.

2.13 Resultados esperados com a contratação:

2.13.1 operacionalização dos 13 campi novos com infraestrutura computacional funcional desde a inauguração;

2.13.2 início do calendário letivo 2026.2 com laboratórios de informática equipados;

2.13.3 acesso dos servidores aos sistemas institucionais obrigatórios (SUAP, SEI, SIAPE, SIAFI, SIPAC);

2.13.4 atendimento presencial e remoto ao público nos campi novos;

2.13.5 cumprimento das metas pactuadas com o MEC/SETEC no Termo de Execução Descentralizada do Novo PAC;

2.13.6 padronização do parque computacional dos campi novos, alinhada ao padrão institucional definido no processo principal (Contratação 112/2026).

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2 A solução de TIC consiste na aquisição de desktops e monitores, com garantia on-site e suporte técnico especializado, destinados à operacionalização dos 13 campi novos do IFSP instituídos pelo Programa Novo PAC (Lei nº 14.799/2024), em consonância com as necessidades identificadas no DFD e detalhadas no Estudo Técnico Preliminar nº 148/2026.

3.3 A contratação deverá assegurar a implantação da infraestrutura computacional mínima necessária ao início das atividades administrativas e acadêmicas dos campi novos, com padronização técnica dos equipamentos, compatibilidade com o ambiente institucional e aderência às necessidades de uso em postos administrativos, laboratórios e atividades de apoio pedagógico.

3.4 A solução contempla, de forma integrada:

3.4.1 fornecimento dos equipamentos;

3.4.2 garantia on-site pelo prazo contratualmente definido;

3.4.3 suporte técnico especializado durante a vigência da contratação;

3.4.4 compatibilidade com os padrões tecnológicos adotados pelo IFSP;

3.4.5 atendimento às exigências de desempenho, disponibilidade e continuidade operacional.

3.5 Ciclo de vida do objeto

3.5.1 O ciclo de vida da solução abrange as etapas de fornecimento, recebimento, instalação quando aplicável, operação, suporte, manutenção em garantia e substituição eventual por falha técnica, observadas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

A contratação deve considerar, ainda, a necessidade de continuidade operacional dos ambientes institucionais, de modo que os bens adquiridos apresentem condições adequadas de uso durante toda a vigência contratual, sem prejuízo do atendimento aos requisitos mínimos de qualidade, segurança e desempenho.

3.6 Especificação Técnica Detalhada dos Bens

3.6.1 Os equipamentos listados no item 1.1 deverão atender, de forma obrigatória e cumulativa, às configurações mínimas descritas nos subitens abaixo, que consolidam os requisitos técnicos, de hardware, software, segurança e sustentabilidade necessários ao IFSP.

3.6.1.1 Desktop Administrativo I (Item 1)

A. Gabinete e Fonte:

- a) Baixo ruído
- b) Fonte de alimentação externa de 110/220 VAC, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração permitida pela placa-mãe
- c) Eficiência energética mínima de 88% (Energy Star ou equivalente), mediante certificado, laudo IPT/INMETRO ou documento idôneo
- d) Mini Desktop – volume total do gabinete não poderá ultrapassar 1,2 litros (medido por A x L x P)
- e) Tecnologia Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior
- f) Tool-Less (sem necessidade de ferramentas) para abertura e retirada de memória, original do fabricante
- g) Sensor de intrusão com log para auditoria (via SNMP ou superior)
- h) 1 (um) alto-falante interno de pelo menos 1 Watt RMS
- i) Portas frontais: 1x USB-C (USB 3.2 Gen 2 / 10 Gbps); mínimo 1x USB-A (USB 3.2 Gen 1 / 5 Gbps ou superior); 1x Combo Jack (3.5mm)
- j) Portas traseiras: mínimo 4x USB-A, sendo pelo menos 2x USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps) ou superior, e pelo menos 1 com Smart Power On ou Always On
- k) Ventilação frontal e traseira
- l) Botão liga/desliga na parte frontal
- m) Fenda antifurto com slot Kensington ou similar (original do fabricante), com trava de segurança fornecida
- n) Solução própria ou homologada para fixação ao monitor via padrão VESA (sem adaptações)

B. Processador:

- a) Mínimo 14 núcleos físicos e 14 threads com vídeo integrado
- b) Turbo clock mínimo 4.8GHz
- c) Arquitetura x86 com suporte a 64 bits
- d) Controlador de memória DDR5 integrado
- e) Cache mínimo de 24 MB
- f) Pontuação mínima de 28.000 pontos no índice "Passmark CPU Mark" (consulta no site <http://www.cpubenchmark.net/>)
- g) Apenas processadores não descontinuados
- h) Obrigatório informar o modelo do processador na proposta

C. Memória:

- a) Mínimo 2 slots, dual-channel SODIMM DDR5
- b) Expansível até 64GB (2x 32GB)
- c) Entregue com 1x 8GB SODIMM DDR5-5600 MT/s

D. Armazenamento:

- a) Mínimo 2 slots M.2 internos, padrão PCI-E Gen4 x4 ou superior
- b) Entregue com 1 SSD M.2 de 256 GB NVMe (sem compactadores)
- c) Taxa de leitura mínima 3.200 MB/s e escrita mínima 1.700 MB/s
- d) Tecnologia TLC, MLC ou superior
- e) Aptidão para receber unidade M.2 NVMe PCIe Gen 4 de no mínimo 1TB (sem adaptadores)
- f) Garantia não comprometida por expansões

E. Controladora de Vídeo:

- a) Resolução mínima 1920 x 1080 (FullHD)
- b) DirectX 12 ou superior
- c) Suporte a no mínimo 2 monitores simultâneos (duplicada ou extensão)
- d) Mínimo 2 saídas de vídeo digital: DisplayPort 1.4 e/ou HDMI 2.1 (ou superior)
- e) Sem adaptadores HDMI/DisplayPort

F. Placa-Mãe:

- a) Fabricação própria e exclusiva do modelo ofertado (mesmo fabricante)
- b) Sem personalizações, OEM ou placas de mercado comum
- c) Arquitetura Mini-ATX, Mini-BTX ou Mini-ITX
- d) Chipset do mesmo fabricante do processador
- e) Ethernet Gigabit integrada com WOL, PXE 2.1
- f) Wi-Fi 802.11ax (Wi-Fi 6 e 6E) com certificação ANATEL
- g) Bluetooth v5.3 ou superior com certificação ANATEL

G. Teclado:

- a) Mínimo 104 teclas, padrão ABNT2 membrana
- b) Ajuste de inclinação
- c) LEDs individualizados (numérico e Caps Lock)
- d) Mesma cor predominante do gabinete
- e) Padrão USB
- f) Mesma marca/fabricante do microcomputador

H. Mouse:

- a) 2 botões superiores
- b) Ambidestro (simétrico)
- c) Tecnologia óptica mínima 1000 dpi
- d) 1 botão com função scroll
- e) Conexão USB com fio
- f) Mesma tonalidade do gabinete
- g) Mesma marca/fabricante do microcomputador

I. BIOS/UEFI:

- a) Desenvolvida pelo próprio fabricante (direitos de copyright)
- b) Secure Boot e suporte a criptografia
- c) ACPI 2.0 com controle automático de rotação do ventilador
- d) Controle de senhas (boot, gerência, supervisor)
- e) Atualizações de firmware locais e remotas (via UEFI)
- f) Atualização automática do BIOS pelo repositório do fabricante
- g) Mecanismo de recuperação de BIOS corrompido (autorreparo)
- h) Conformidade NIST SP 800-193, 800-155 e 800-147
- i) Capacidade de inserir código de identificação patrimonial (10 caracteres)
- j) BIOS em português e inglês, compatível com UEFI 2.1
- k) Software de diagnóstico executável via UEFI (tecla função)
- l) Compatibilidade com ferramenta de gerenciamento remoto do fabricante (ex.: Dell Command Monitor, Lenovo Vantage, Acer Control Center ou equivalente)
- m) Suporte a rede 802.1x com certificado no hardware
- n) Criptação total da memória (proteção contra códigos maliciosos)
- o) Sanitização de dados NIST SP800-88 via BIOS/UEFI

J. Sistema Operacional:

- a) Windows 11 PRO 64 bits, português do Brasil (uso corporativo)
- b) Product key fixada em local visível ou gravada na BIOS
- c) Constar da Windows Logo'd Products List (LPL) como "Designed for Microsoft Windows 11"
- d) Certificado de compatibilidade com Windows 11 Professional

K. Certificações:

- a) Diretiva RoHS (com certificado ou autodeclaração do fabricante)
- b) ISO 9296 e ISO 7779 (emissão de ruídos)
- c) Certificação de Rótulo Ecológico (EPEAT, TCO ou ABNT)
- d) Portaria 170/2012 do Inmetro
- e) Fabricante com ISO 14001

- f) Fabricante membro do DMTF (<https://www.dmtf.org/about/list>)
- g) Fabricante membro do TCG (Trusted Computing Group)

L. Garantia:

- a) 36 meses com atendimento on-site (no local de instalação)
- b) Atendimento no próximo dia útil (NBD)
- c) Central de Atendimento gratuita e Sistema Online
- d) Abertura de chamados exclusivamente pelos canais oficiais do fabricante
- e) Substituição de peças defeituosas sem ônus
- f) Documento oficial do fabricante com Modelo e Part Number/SKU
- g) Fornecedor deve ser revenda autorizada do fabricante (ou fabricante com declaração formal)

3.6.1.2 Desktop Administrativo II (Item 2)

A. Gabinete e Fonte:

- a) Baixo ruído
- b) Fonte de alimentação interna ou externa, 110/220 VAC automática
- c) Eficiência energética mínima de 90% (carga típica de 50%) – certificado/laudo IPT/INMETRO
- d) Formato Mini Desktop (volume até 1,5 litros) ou Small Form Factor (SFF)
- e) TPM 2.0 ou superior
- f) Sensor de intrusão com log via SNMP
- g) 1 alto-falante interno mínimo 1 Watt RMS
- h) Portas frontais: 1x USB-C (USB 3.2 Gen 1 / 5 Gbps ou superior); mínimo 2x USB-A (5 Gbps ou superior); 1x Combo Jack (3.5mm)
- i) Portas traseiras: mínimo 4x USB-A, sendo pelo menos 2x USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps)
- j) Ventilação frontal e traseira
- k) Botão liga/desliga frontal
- l) Fenda antifurto Kensington com trava fornecida

B. Processador:

- a) Mínimo 20 núcleos físicos e 20 threads com vídeo integrado
- b) Turbo clock mínimo 5.0GHz
- c) Arquitetura x86 64 bits
- d) Controlador de memória DDR5 integrado
- e) Cache mínimo 30 MB
- f) Pontuação Passmark mínima 38.000 pontos
- g) Geração não descontinuada
- h) Informar modelo do processador na proposta

C. Memória:

- a) Mínimo 2 slots, dual-channel DDR5 (SODIMM ou UDIMM conforme formato do gabinete)
- b) Expansível para no mínimo 64GB (2x 32GB)
- c) Entregue com 1x 16GB DDR5-5600 MT/s

D. Armazenamento:

- a) Mínimo 2 slots M.2 PCI-E Gen4 x4 ou superior, e mínimo 1 interface SATA III (6.0 GB/s)
- b) Entregue com 1 SSD M.2 de 512 GB NVMe
- c) Taxa leitura mínima 3.200 MB/s, escrita mínima 2.100 MB/s
- d) Tecnologia TLC, MLC ou superior
- e) Garantia não comprometida por expansões

E. Controladora de Vídeo:

- a) Resolução mínima FullHD (1920x1080)
- b) DirectX 12 ou superior
- c) Suporte a no mínimo 3 monitores simultâneos
- d) Mínimo 3 saídas de vídeo digital: DisplayPort 1.4 e/ou HDMI 2.1 (ou superior)
- e) Sem adaptadores

F. Placa-Mãe:

- a) Fabricação própria do fabricante (sem OEM)
- b) Arquitetura compatível com o formato do gabinete (Mini-ITX, Micro-ATX, ATX ou similar)
- c) Chipset do mesmo fabricante do processador
- d) Ethernet Gigabit com WOL, PXE 2.1
- e) Wi-Fi 802.11ax com certificação ANATEL
- f) Bluetooth v5.3 ou superior com certificação ANATEL

G. Teclado:

- a) Mínimo 104 teclas, padrão ABNT2 membrana
- b) Ajuste de inclinação
- c) LEDs individualizados (numérico e Caps Lock)
- d) Mesma cor predominante do gabinete
- e) Padrão USB
- f) Mesma marca/fabricante do microcomputador

H. Mouse:

- a) 2 botões superiores
- b) Ambidestro (simétrico)
- c) Tecnologia óptica mínima 1000 dpi
- d) 1 botão com função scroll
- e) Conexão USB com fio
- f) Mesma tonalidade do gabinete
- g) Mesma marca/fabricante do microcomputador

I. BIOS/UEFI:

- a) Desenvolvida pelo próprio fabricante (direitos de copyright)
- b) Secure Boot e suporte a criptografia
- c) ACPI 2.0 com controle automático de rotação do ventilador
- d) Controle de senhas (boot, gerência, supervisor)
- e) Atualizações de firmware locais e remotas (via UEFI)
- f) Atualização automática do BIOS pelo repositório do fabricante
- g) Mecanismo de recuperação de BIOS corrompido (autorreparo)
- h) Conformidade NIST SP 800-193, 800-155 e 800-147
- i) Capacidade de inserir código de identificação patrimonial (10 caracteres)
- j) BIOS em português e inglês, compatível com UEFI 2.1
- k) Software de diagnóstico executável via UEFI (tecla função)
- l) Compatibilidade com ferramenta de gerenciamento remoto do fabricante (ex.: Dell Command Monitor, Lenovo Vantage, Acer Control Center ou equivalente)
- m) Suporte a rede 802.1x com certificado no hardware
- n) Criptação total da memória (proteção contra códigos maliciosos)
- o) Sanitização de dados NIST SP800-88 via BIOS/UEFI

J. Sistema Operacional:

- a) Windows 11 PRO 64 bits, português do Brasil (uso corporativo)
- b) Product key fixada em local visível ou gravada na BIOS
- c) Constar da Windows Logo'd Products List (LPL) como "Designed for Microsoft Windows 11"
- d) Certificado de compatibilidade com Windows 11 Professional

K. Certificações:

- a) Diretiva RoHS (com certificado ou autodeclaração do fabricante)
- b) ISO 9296 e ISO 7779 (emissão de ruídos)
- c) Certificação de Rótulo Ecológico (EPEAT, TCO ou ABNT)
- d) Portaria 170/2012 do Inmetro
- e) Fabricante com ISO 14001

- f) Fabricante membro do DMTF (<https://www.dmtf.org/about/list>)
- g) Fabricante membro do TCG (Trusted Computing Group)

L. Garantia:

- a) 36 meses com atendimento on-site (no local de instalação)
- b) Atendimento no próximo dia útil (NBD)
- c) Central de Atendimento gratuita e Sistema Online
- d) Abertura de chamados exclusivamente pelos canais oficiais do fabricante
- e) Substituição de peças defeituosas sem ônus
- f) Documento oficial do fabricante com Modelo e Part Number/SKU
- g) Fornecedor deve ser revenda autorizada do fabricante (ou fabricante com declaração formal)

3.6.1.3 Desktop Laboratório I (Item 3)

A. Gabinete e Fonte:

- a) Baixo ruído
- b) Fonte de alimentação externa de 110/220 VAC, chaveada automaticamente, com capacidade para suportar a máxima configuração permitida pela placa-mãe
- c) Eficiência energética mínima de 88% (Energy Star ou equivalente), mediante certificado, laudo IPT/INMETRO ou documento idôneo
- d) Mini Desktop – volume total do gabinete não poderá ultrapassar 1,2 litros (medido por A x L x P)
- e) Tecnologia Módulo de Plataforma Confiável (TPM), versão 2.0 ou superior
- f) Tool-Less (sem necessidade de ferramentas) para abertura e retirada de memória, original do fabricante
- g) Sensor de intrusão com log para auditoria (via SNMP ou superior)
- h) 1 alto-falante interno de pelo menos 1 Watt RMS
- i) Portas frontais: 1x USB-C (USB 3.2 Gen 2 / 10 Gbps); mínimo 1x USB-A (USB 3.2 Gen 1 / 5 Gbps ou superior); 1x Combo Jack (3.5mm)
- j) Portas traseiras: mínimo 4x USB-A, sendo pelo menos 2x USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps) ou superior, e pelo menos 1 com Smart Power On ou Always On
- k) Ventilação frontal e traseira
- l) Botão liga/desliga na parte frontal
- m) Fenda antifurto com slot Kensington ou similar (original do fabricante), com trava de segurança fornecida
- n) Solução própria ou homologada para fixação ao monitor via padrão VESA (sem adaptações)

B. Processador:

- a) Mínimo 14 núcleos físicos e 14 threads com vídeo integrado
- b) Turbo clock mínimo 4.8GHz
- c) Arquitetura x86 com suporte a 64 bits
- d) Controlador de memória DDR5 integrado
- e) Cache mínimo de 24 MB
- f) Pontuação mínima de 28.000 pontos no índice "Passmark CPU Mark" (consulta no site <http://www.cpubenchmark.net/>)
- g) Apenas processadores não descontinuados
- h) Obrigatório informar o modelo do processador na proposta

C. Memória:

- a) Mínimo 2 slots, dual-channel SODIMM DDR5
- b) Expansível até 64GB (2x 32GB)
- c) Entregue com 1x 8GB SODIMM DDR5-5600 MT/s

D. Armazenamento:

- a) Mínimo 2 slots M.2 internos, padrão PCI-E Gen4 x4 ou superior
- b) Entregue com 1 SSD M.2 de 256 GB NVMe (sem compactadores)
- c) Taxa de leitura mínima 3.200 MB/s e escrita mínima 1.700 MB/s
- d) Tecnologia TLC, MLC ou superior
- e) Aptidão para receber unidade M.2 NVMe PCIe Gen 4 de no mínimo 1TB (sem adaptadores)
- f) Garantia não comprometida por expansões

E. Controladora de Vídeo:

- a) Resolução mínima 1920 x 1080 (FullHD)
- b) DirectX 12 ou superior
- c) Suporte a no mínimo 2 monitores simultâneos (duplicada ou extensão)
- d) Mínimo 2 saídas de vídeo digital: DisplayPort 1.4 e/ou HDMI 2.1 (ou superior)
- e) Sem adaptadores HDMI/DisplayPort

F. Placa-Mãe:

- a) Fabricação própria e exclusiva do modelo ofertado (mesmo fabricante)
- b) Sem personalizações, OEM ou placas de mercado comum
- c) Arquitetura Mini-ATX, Mini-BTX ou Mini-ITX
- d) Chipset do mesmo fabricante do processador
- e) Ethernet Gigabit integrada com WOL, PXE 2.1
- f) Wi-Fi 802.11ax (Wi-Fi 6 e 6E) com certificação ANATEL
- g) Bluetooth v5.3 ou superior com certificação ANATEL

G. Teclado:

- a) Mínimo 104 teclas, padrão ABNT2 membrana
- b) Ajuste de inclinação
- c) LEDs individualizados (numérico e Caps Lock)
- d) Mesma cor predominante do gabinete
- e) Padrão USB
- f) Mesma marca/fabricante do microcomputador

H. Mouse:

- a) 2 botões superiores
- b) Ambidestro (simétrico)
- c) Tecnologia óptica mínima 1000 dpi
- d) 1 botão com função scroll
- e) Conexão USB com fio
- f) Mesma tonalidade do gabinete
- g) Mesma marca/fabricante do microcomputador

I. BIOS/UEFI:

- a) Desenvolvida pelo próprio fabricante (direitos de copyright)
- b) Secure Boot e suporte a criptografia
- c) ACPI 2.0 com controle automático de rotação do ventilador
- d) Controle de senhas (boot, gerência, supervisor)
- e) Atualizações de firmware locais e remotas (via UEFI)
- f) Atualização automática do BIOS pelo repositório do fabricante
- g) Mecanismo de recuperação de BIOS corrompido (autorreparo)
- h) Conformidade NIST SP 800-193, 800-155 e 800-147
- i) Capacidade de inserir código de identificação patrimonial (10 caracteres)
- j) BIOS em português e inglês, compatível com UEFI 2.1
- k) Software de diagnóstico executável via UEFI (tecla função)
- l) Compatibilidade com ferramenta de gerenciamento remoto do fabricante (ex.: Dell Command Monitor, Lenovo Vantage, Acer Control Center ou equivalente)
- m) Suporte a rede 802.1x com certificado no hardware
- n) Criptação total da memória (proteção contra códigos maliciosos)
- o) Sanitização de dados NIST SP800-88 via BIOS/UEFI

J. Sistema Operacional:

- a) Windows 11 PRO 64 bits, português do Brasil (uso corporativo)
- b) Product key fixada em local visível ou gravada na BIOS
- c) Constar da Windows Logo'd Products List (LPL) como "Designed for Microsoft Windows 11"

d) Certificado de compatibilidade com Windows 11 Professional

K. Certificações:

- a) Diretiva RoHS (com certificado ou autodeclaração do fabricante)
- b) ISO 9296 e ISO 7779 (emissão de ruídos)
- c) Certificação de Rótulo Ecológico (EPEAT, TCO ou ABNT)
- d) Portaria 170/2012 do Inmetro
- e) Fabricante com ISO 14001
- f) Fabricante membro do DMTF (<https://www.dmtf.org/about/list>)
- g) Fabricante membro do TCG (Trusted Computing Group)

L. Garantia:

- a) 36 meses com atendimento on-site (no local de instalação)
- b) Atendimento no próximo dia útil (NBD)
- c) Central de Atendimento gratuita e Sistema Online
- d) Abertura de chamados exclusivamente pelos canais oficiais do fabricante
- e) Substituição de peças defeituosas sem ônus
- f) Documento oficial do fabricante com Modelo e Part Number/SKU
- g) Fornecedor deve ser revenda autorizada do fabricante (ou fabricante com declaração formal)

3.6.1.4 Desktop Laboratório II (Item 4)

A. Gabinete e Fonte:

- a) Baixo ruído
- b) Fonte de alimentação interna ou externa, 110/220 VAC automática
- c) Eficiência energética mínima de 90% (carga típica de 50%) – certificado/laudo IPT/INMETRO
- d) Formato Mini Desktop (volume até 1,5 litros) ou Small Form Factor (SFF)
- e) TPM 2.0 ou superior
- f) Sensor de intrusão com log via SNMP
- g) 1 alto-falante interno mínimo 1 Watt RMS
- h) Portas frontais: 1x USB-C (USB 3.2 Gen 1 / 5 Gbps ou superior); mínimo 2x USB-A (5 Gbps ou superior); 1x Combo Jack (3.5mm)
- i) Portas traseiras: mínimo 4x USB-A, sendo pelo menos 2x USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps)
- j) Ventilação frontal e traseira
- k) Botão liga/desliga frontal
- l) Fenda antifurto Kensington com trava fornecida

B. Processador:

- a) Mínimo 20 núcleos físicos e 20 threads com vídeo integrado
- b) Turbo clock mínimo 5.0GHz
- c) Arquitetura x86 64 bits
- d) Controlador de memória DDR5 integrado
- e) Cache mínimo 30 MB
- f) Pontuação Passmark mínima 38.000 pontos
- g) Última geração (não descontinuada)
- h) Informar modelo do processador na proposta

C. Memória:

- a) Mínimo 2 slots, dual-channel DDR5 (SODIMM ou UDIMM conforme formato do gabinete)
- b) Expansível para no mínimo 64GB (2x 32GB)
- c) Entregue com 1x 16GB DDR5-5600 MT/s

D. Armazenamento:

- a) Mínimo 2 slots M.2 PCI-E Gen4 x4 ou superior, e mínimo 1 interface SATA III (6.0 GB/s)
- b) Entregue com 1 SSD M.2 de 512 GB NVMe
- c) Taxa leitura mínima 3.200 MB/s, escrita mínima 2.100 MB/s
- d) Tecnologia TLC, MLC ou superior

e) Garantia não comprometida por expansões

E. Controladora de Vídeo:

- a) Resolução mínima FullHD (1920x1080)
- b) DirectX 12 ou superior
- c) Suporte a no mínimo 3 monitores simultâneos
- d) Mínimo 3 saídas de vídeo digital: DisplayPort 1.4 e/ou HDMI 2.1 (ou superior)
- e) Sem adaptadores

F. Placa-Mãe:

- a) Fabricação própria do fabricante (sem OEM)
- b) Arquitetura compatível com o formato do gabinete (Mini-ITX, Micro-ATX, ATX ou similar)
- c) Chipset do mesmo fabricante do processador
- d) Ethernet Gigabit com WOL, PXE 2.1
- e) Wi-Fi 802.11ax (Wi-Fi 6 e 6E) com certificação ANATEL
- f) Bluetooth v5.3 ou superior com certificação ANATEL

G. Teclado:

- a) Mínimo 104 teclas, padrão ABNT2 membrana
- b) Ajuste de inclinação
- c) LEDs individualizados (numérico e Caps Lock)
- d) Mesma cor predominante do gabinete
- e) Padrão USB
- f) Mesma marca/fabricante do microcomputador

H. Mouse:

- a) 2 botões superiores
- b) Ambidestro (simétrico)
- c) Tecnologia óptica mínima 1000 dpi
- d) 1 botão com função scroll
- e) Conexão USB com fio
- f) Mesma tonalidade do gabinete
- g) Mesma marca/fabricante do microcomputador

I. BIOS/UEFI:

- a) Desenvolvida pelo próprio fabricante (direitos de copyright)
- b) Secure Boot e suporte a criptografia
- c) ACPI 2.0 com controle automático de rotação do ventilador
- d) Controle de senhas (boot, gerência, supervisor)
- e) Atualizações de firmware locais e remotas (via UEFI)
- f) Atualização automática do BIOS pelo repositório do fabricante
- g) Mecanismo de recuperação de BIOS corrompido (autorreparo)
- h) Conformidade NIST SP 800-193, 800-155 e 800-147
- i) Capacidade de inserir código de identificação patrimonial (10 caracteres)
- j) BIOS em português e inglês, compatível com UEFI 2.1
- k) Software de diagnóstico executável via UEFI (tecla função)
- l) Compatibilidade com ferramenta de gerenciamento remoto do fabricante (ex.: Dell Command Monitor, Lenovo Vantage, Acer Control Center ou equivalente)
- m) Suporte a rede 802.1x com certificado no hardware
- n) Criptação total da memória (proteção contra códigos maliciosos)
- o) Sanitização de dados NIST SP800-88 via BIOS/UEFI

J. Sistema Operacional:

- a) Windows 11 PRO 64 bits, português do Brasil (uso corporativo)
- b) Product key fixada em local visível ou gravada na BIOS
- c) Constar da Windows Logo'd Products List (LPL) como "Designed for Microsoft Windows 11"

d) Certificado de compatibilidade com Windows 11 Professional

K. Certificações:

- a) Diretiva RoHS (com certificado ou autodeclaração do fabricante)
- b) ISO 9296 e ISO 7779 (emissão de ruídos)
- c) Certificação de Rótulo Ecológico (EPEAT, TCO ou ABNT)
- d) Portaria 170/2012 do Inmetro
- e) Fabricante com ISO 14001
- f) Fabricante membro do DMTF (<https://www.dmtf.org/about/list>)
- g) Fabricante membro do TCG (Trusted Computing Group)

L. Garantia:

- a) 36 meses com atendimento on-site (no local de instalação)
- b) Atendimento no próximo dia útil (NBD)
- c) Central de Atendimento gratuita e Sistema Online
- d) Abertura de chamados exclusivamente pelos canais oficiais do fabricante
- e) Substituição de peças defeituosas sem ônus
- f) Documento oficial do fabricante com Modelo e Part Number/SKU
- g) Fornecedor deve ser revenda autorizada do fabricante (ou fabricante com declaração formal)

3.6.1.5 Desktop Design/Desenvolvimento (Workstation Tipo I) (Item 5)

A. Gabinete e Fonte:

- a) Baixo ruído
- b) Fonte de alimentação interna de 110/220 VAC, chaveada automaticamente
- c) Eficiência energética mínima de 89% (carga típica de 50%) com certificação 80 PLUS Platinum ou laudo IPT /INMETRO
- d) Fonte com potência mínima de 500W
- e) Formato Mini Torre ou Torre (não será aceito gabinete tipo desktop)
- f) TPM 2.0 ou superior
- g) Sensor de intrusão com log para auditoria via SNMP
- h) Mínimo 1 alto-falante interno de 2 Watts RMS
- i) Portas frontais: mínimo 1x USB-C (10 Gbps ou superior); mínimo 2x USB-A (5 Gbps ou superior); 1x Combo Jack (3.5mm). Total mínimo 5 portas USB frontais.
- j) Portas traseiras: mínimo 4x USB-A, sendo pelo menos 2x USB 3.2 Gen 1 (5 Gbps), e pelo menos 1 com Smart Power On
- k) Ventilação exclusivamente frontal e traseira (proibida ventilação lateral)
- l) Botão liga/desliga frontal
- m) Fenda antifurto Kensington com trava fornecida
- n) Mínimo 3 slots PCIe, incluindo 1x PCIe 5.0 x16 (full-height) e 1x PCIe 4.0 x4 ou superior
- o) Opção para instalação de unidade óptica de 9,0 mm

B. Processador:

- a) Mínimo 20 núcleos físicos e 20 threads com vídeo integrado
- b) Turbo clock mínimo 5.0GHz
- c) Arquitetura x86 64 bits
- d) Controlador de memória DDR5 integrado
- e) Cache L3 mínimo 33,5 MB
- f) Suporte a Memória ECC
- g) Suporte a instruções de vetorização avançada (AVX2 e AVX-512 ou equivalente AMD)
- h) Tecnologia de aceleração de frequência dinâmica e multithreading simultâneo
- i) Pontuação Passmark mínima 49.000 pontos
- j) Última geração disponível no mercado
- k) Informar modelo do processador na proposta

C. Memória:

- a) Mínimo 4 slots, dual-channel UDIMM DDR5

- b) Expansível para no mínimo 128GB (4x 32GB)
- c) Entregue com 2x 16GB UDIMM DDR5-5600 MT/s
- d) Garantia não comprometida por expansões

D. Armazenamento:

- a) Mínimo 3 slots M.2 PCI-E Gen4 x4 ou superior, e mínimo 2 interfaces SATA III (6.0 GB/s)
- b) Suporte para RAID 0, 1 e 5
- c) Entregue com 1 SSD M.2 de 512 GB NVMe
- d) Taxa leitura mínima 3.200 MB/s, escrita mínima 2.100 MB/s
- e) Tecnologia TLC, MLC ou superior

E. Controladora de Vídeo (Placa de Vídeo Profissional):

- a) Memória 4 GB GDDR6, interface 64 bits, largura de banda mínima 96 GB/s
- b) Mínimo 768 núcleos CUDA
- c) Capacidade de processamento mínima 1,0 Tflops
- d) PCIe 4.0 x8, potência máxima 50W, refrigeração ativa
- e) Mínimo 4 portas DisplayPort (ou mini DisplayPort com adaptadores com travamento)
- f) Linha "Professional" (ex.: NVIDIA RTX A-series, RTX Pro ou equivalente)
- g) Compatível com DirectX 12, Shader Model 5.1, OpenGL 4.6, Vulkan 1.2, CUDA, DirectCompute, OpenCL

F. Placa-Mãe:

- a) Fabricação própria do fabricante (sem OEM)
- b) Arquitetura ATX, BTX ou similar
- c) Chipset do mesmo fabricante do processador
- d) Recursos WFM 2.0
- e) Ethernet Gigabit com WOL, PXE 2.1
- f) Wi-Fi 802.11be (Wi-Fi 7) com certificação ANATEL
- g) Bluetooth v5.4 ou superior com certificação ANATEL

G. Teclado:

- a) Mínimo 104 teclas, padrão ABNT2 membrana
- b) Ajuste de inclinação
- c) LEDs individualizados (numérico e Caps Lock)
- d) Mesma cor predominante do gabinete
- e) Padrão USB
- f) Mesma marca/fabricante do microcomputador

H. Mouse:

- a) 2 botões superiores
- b) Ambidestro (simétrico)
- c) Tecnologia óptica mínima 1000 dpi
- d) 1 botão com função scroll
- e) Conexão USB com fio
- f) Mesma tonalidade do gabinete
- g) Mesma marca/fabricante do microcomputador

I. BIOS/UEFI:

- a) Desenvolvida pelo próprio fabricante (direitos de copyright)
- b) Interface gráfica (menus visuais)
- c) Secure Boot e suporte a criptografia
- d) ACPI 2.0 com controle automático de rotação do ventilador
- e) Controle de senhas (boot, gerência, supervisor)
- f) Atualizações de firmware locais e remotas (via UEFI)
- g) Atualização automática do BIOS pelo repositório do fabricante
- h) Mecanismo de recuperação de BIOS corrompido (autorreparo)
- i) Conformidade NIST SP 800-193, 800-155 e 800-147

- j) Alerta visual em tempo real para problemas de integridade do BIOS
- k) Proteção contra alteração indevida de MAC address e PXE
- l) Capacidade de inserir código de identificação patrimonial (10 caracteres)
- m) BIOS em português e inglês, compatível com UEFI 2.1
- n) Software de diagnóstico executável via UEFI (tecla função)
- o) Compatibilidade com ferramenta de gerenciamento remoto do fabricante (ex.: Dell Command Monitor, Lenovo Vantage, Acer Control Center ou equivalente)
- p) Suporte a rede 802.1x com certificado no hardware
- q) Encriptação total da memória
- r) Sanitização de dados NIST SP800-88 via BIOS/UEFI

J. Sistema Operacional:

- a) Windows 11 PRO 64 bits, português do Brasil (uso corporativo)
- b) Product key fixada em local visível ou gravada na BIOS
- c) Constar da Windows Logo'd Products List (LPL) como "Designed for Microsoft Windows 11"
- d) Certificado de compatibilidade com Windows 11 Professional

K. Certificações:

- a) Diretiva RoHS (com certificado ou autodeclaração do fabricante)
- b) ISO 9296 e ISO 7779 (emissão de ruídos)
- c) Certificação de Rótulo Ecológico (EPEAT, TCO ou ABNT)
- d) Portaria 170/2012 do Inmetro
- e) Fabricante com ISO 14001
- f) Fabricante membro do DMTF (<https://www.dmtf.org/about/list>)
- g) Fabricante membro do TCG (Trusted Computing Group)
- h) Certificação ISV (Independent Software Vendor)

L. Garantia:

- a) 36 meses com atendimento on-site (no local de instalação)
- b) Atendimento no próximo dia útil (NBD)
- c) Central de Atendimento gratuita e Sistema Online
- d) Abertura de chamados exclusivamente pelos canais oficiais do fabricante
- e) Substituição de peças defeituosas sem ônus
- f) Documento oficial do fabricante com Modelo e Part Number/SKU
- g) Fornecedor deve ser revenda autorizada do fabricante (ou fabricante com declaração formal)

3.6.1.6 Monitor Administrativo/Docente com Webcam (Item 6)

A. Display e Imagem:

- a) Tamanho: 23,8 polegadas (diagonal visível)
- b) Tecnologia do painel: IPS (ângulos 178° H/V)
- c) Proporção: 16:9
- d) Resolução nativa: Full HD (1920 x 1080) com mínimo 100Hz
- e) Brilho mínimo: 250 nits (cd/m²)
- f) Contraste estático: 1500:1 (típico)
- g) Gama de cores: cobertura mínima 99% sRGB
- h) Tempo de resposta: máximo 5ms (modo rápido) / 8ms (modo normal)
- i) Acabamento: antirreflexo (matte)

B. Webcam Integrada:

- a) Resolução mínima Full HD (1920x1080)
- b) Câmera infravermelha (IR) para autenticação Windows Hello
- c) Obturador físico de privacidade (privacy shutter)
- d) Microfone integrado com cancelamento de ruído
- e) Alto-falantes estéreo integrados (mínimo 2W por canal)

C. Conexões:

- a) Entradas de vídeo: 1x HDMI 1.4; 1x DisplayPort 1.2; 1x VGA (D-Sub)
- b) Hub USB integrado (3.2 Gen 1): 1x USB-B ou USB-C (Upstream); mínimo 4x portas USB downstream (Type-A e/ou Type-C), sendo pelo menos uma com carregamento rápido (BC 1.2)
- c) Saída de áudio: 1x Audio Out (3,5mm) — quando disponível no modelo

D. Ergonomia e Mecanismo:

- a) Base multifuncional com ajustes:
- b) Altura: mínimo 150 mm
- c) Inclinação (Tilt): -5° / +21°
- d) Rotação lateral (Swivel): +/- 45°
- e) Rotação de tela (Pivot): +/- 90° (retrato/paisagem)
- f) Suporte VESA: 100 x 100mm

E. Design:

- a) Bordas finas em 3 lados (máximo 8mm)

F. Saúde Ocular e Recursos:

- a) Certificação de redução de luz azul (TÜV Rheinland, Eyesafe ou equivalente)
- b) Tecnologia Flicker-free (eliminação de cintilação)

G. Energia e Sustentabilidade:

- a) Fonte interna integrada (100V - 240V AC)
- b) ENERGY STAR 8.0 ou superior
- c) Certificação de Rótulo Ecológico (EPEAT, TCO ou ABNT)
- d) Conformidade RoHS

H. Acessórios Inclusos:

- a) Fenda antifurto com trava de segurança fornecida (padrão do fabricante)
- b) Cabo de energia (NBR 14136)
- c) 1 cabo DisplayPort
- d) 1 cabo USB upstream (USB-A para USB-B ou USB-C conforme modelo)

I. Garantia:

- a) 36 meses com atendimento on-site (no local de instalação)
- b) Atendimento no próximo dia útil (NBD)
- c) Central de Atendimento gratuita e Sistema Online
- d) Abertura de chamados exclusivamente pelos canais oficiais do fabricante
- e) Substituição de peças defeituosas sem ônus
- f) Documento oficial do fabricante com Modelo e Part Number/SKU
- g) Fornecedor deve ser revenda autorizada do fabricante (ou fabricante com declaração formal)

3.6.1.7 Monitor Acadêmico/Laboratório sem Webcam (Item 7)

A. Display e Imagem:

- a) Tamanho: 23,8 polegadas (diagonal visível)
- b) Tecnologia do painel: IPS (ângulos 178° H/V)
- c) Proporção: 16:9
- d) Resolução nativa: Full HD (1920 x 1080) com mínimo 100Hz
- e) Brilho mínimo: 250 nits (cd/m²)
- f) Contraste estático: 1500:1 (típico)
- g) Gama de cores: cobertura mínima 99% sRGB
- h) Tempo de resposta: máximo 5ms (modo rápido) / 8ms (modo normal)
- i) Acabamento: antirreflexo (matte)

B. Conexões:

- a) Entradas de vídeo: 1x HDMI 1.4; 1x DisplayPort 1.2; 1x VGA (D-Sub)
- b) Hub USB integrado (3.2 Gen 1): 1x USB-B ou USB-C (Upstream); mínimo 4x portas USB downstream (Type-A e/ou

Type-C), sendo pelo menos uma com carregamento rápido (BC 1.2)
c) Saída de áudio: 1x Audio Out (3,5mm) — quando disponível no modelo

C. Ergonomia e Mecanismo:

- a) Base multifuncional com ajustes:
- b) Altura: mínimo 150 mm
- c) Inclinação (Tilt): -5° / +21°
- d) Rotação lateral (Swivel): +/- 45°
- e) Rotação de tela (Pivot): +/- 90° (retrato/paisagem)
- f) Suporte VESA: 100 x 100mm

D. Design:

- a) Bordas finas em 3 lados (máximo 8mm)

E. Saúde Ocular e Recursos:

- a) Certificação de redução de luz azul (TÜV Rheinland, Eyesafe ou equivalente)
- b) Tecnologia Flicker-free (eliminação de cintilação)

F. Energia e Sustentabilidade:

- a) Fonte interna integrada (100V - 240V AC)
- b) ENERGY STAR 8.0 ou superior
- c) Certificação de Rótulo Ecológico (EPEAT, TCO ou ABNT)
- d) Conformidade RoHS

G. Acessórios Inclusos:

- a) Fenda antifurto com trava de segurança fornecida (padrão do fabricante)
- b) Cabo de energia (NBR 14136)
- c) 1 cabo DisplayPort
- d) 1 cabo USB upstream (USB-A para USB-B ou USB-C conforme modelo)

H. Garantia:

- a) 36 meses com atendimento on-site (no local de instalação)
- b) Atendimento no próximo dia útil (NBD)
- c) Central de Atendimento gratuita e Sistema Online
- d) Abertura de chamados exclusivamente pelos canais oficiais do fabricante
- e) Substituição de peças defeituosas sem ônus
- f) Documento oficial do fabricante com Modelo e Part Number/SKU
- g) Fornecedor deve ser revenda autorizada do fabricante (ou fabricante com declaração formal)

3.6.1.8 Observação: Entende-se como Desktops (Itens 1 a 5): o kit completo, composto por: a) 1 gabinete conforme especificações contidas neste Termo de Referência; b) 1 monitor de no mínimo 23,8 polegadas conforme especificações contidas neste Termo de Referência, sendo: - Itens 1, 2 e 5 (Administrativos e Design /Dev): monitor com webcam integrada (conforme §3.6.1.6); - Itens 3 e 4 (Laboratórios): monitor sem webcam (conforme §3.6.1.7); c) 1 teclado padrão ABNT2; d) 1 mouse óptico USB.

3.6.1.9 Entende-se para os Monitores Avulsos (Itens 6 e 7): o fornecedor deverá entregar apenas o monitor com os acessórios especificados (cabos e trava de segurança), sem CPU, teclado ou mouse.

3.6.2 Exigência de Fornecimento por Grupo Único e Marca Única

3.6.2.1 O fornecedor selecionado deverá obrigatoriamente fornecer todos os itens constantes da tabela do item 1.1 (itens 1 a 7), devendo todos os equipamentos (desktops e monitores) ser do **mesmo fabricante, de fabricação nacional**.

3.6.2.2 Não será admitida proposta que contemple diferentes fabricantes para itens distintos (ex.: Desktop de uma marca e Monitor de outra). A integralidade do fornecimento por um único fabricante é condição essencial para a aceitação da proposta.

3.6.3 Vedação à Subcontratação Parcial

3.6.3.1 Não será admitida a subcontratação de parte do objeto (ex.: fornecedor vence a licitação, mas adquire os monitores de terceiros). O licitante vencedor deverá ser:

- O próprio fabricante dos equipamentos; ou
- Revenda autorizada do fabricante, devidamente comprovada por meio de declaração oficial ou certificado válido emitido pelo fabricante, que assegure a execução integral do contrato, incluindo garantia e suporte técnico.

3.6.4 Equivalência de Marcas

A exigência de marca única não restringe a competitividade, sendo admitidos equipamentos equivalentes ou superiores aos modelos de referência, dos quais se destacam, no mercado corporativo, as seguintes linhas:

- ACER® (Veriton, TravelMate)
- DELL® (Pro e Pro Max — linhas anteriormente denominadas OptiPlex e Precision)
- LENOVO® (ThinkCentre, ThinkPad, ThinkStation)
- HP® (Elite, ZBook, Z2 Tower)

Produtos de outros fabricantes serão aceitos desde que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas definidas neste Termo de Referência e comprovem desempenho, qualidade e compatibilidade equivalentes.

3.7 Compatibilidade e padronização

3.7.1 Os equipamentos deverão ser compatíveis com o ambiente tecnológico do IFSP, observadas as diretrizes de padronização institucional, a continuidade dos serviços e a integração com os recursos já existentes, quando aplicável.

3.7.2 A solução deverá permitir o atendimento eficiente das demandas das áreas administrativas, acadêmicas e de laboratório, resguardando a uniformidade do parque tecnológico e a facilidade de suporte e manutenção.

3.8 Resultado esperado da solução

3.8.1 Espera-se, com a contratação, assegurar:

3.8.2 operacionalização dos 13 campi novos com infraestrutura computacional funcional desde a inauguração;

3.8.3 início do calendário letivo 2026.2 com laboratórios de informática equipados;

3.8.4 acesso dos servidores aos sistemas institucionais obrigatórios;

3.8.5 maior disponibilidade e estabilidade dos serviços de TIC nos campi novos;

3.8.6 padronização do parque computacional, alinhada ao padrão institucional definido no processo principal (Contratação 112/2026).

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos de Negócio

Requisitos de Negócio

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1. Renovação do parque computacional com equipamentos dentro da vida útil de 5 anos, DDR5 obrigatório e benchmarks PassMark verificáveis (PN IFSP nº 155/2026);

4.1.2. Padronização do parque em ≤ 10 configurações para facilitar gestão, suporte e auditoria;

4.1.3. Compatibilidade nativa com o ecossistema de gestão de endpoints do IFSP (Faronics Ultimate Cloud, Kaspersky, Ivanti) via sistema operacional Windows 11 Pro;

4.1.4. Equipamentos de linha corporativa/empresarial, vedada linha doméstica/consumer, em produção ativa e sem previsão de EoL < 2 anos;

4.1.5. Integração em fábrica pelo fabricante (vedada montagem ou adaptação pelo licitante);

4.1.6. Prazo máximo de entrega de 60 (sessenta) dias corridos após emissão da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), independentemente da localidade de destino.

4.1.6.1. Em razão da crise global de semicondutores e memória DDR5 (fenômeno de mercado denominado “RAMMAGEDDON”), decorrente do redirecionamento de aproximadamente 70% das linhas de produção de memória para atendimento à demanda de infraestrutura de Inteligência Artificial, conforme documentado no ETP nº 148/2026 e no Mapa de Gerenciamento de Riscos nº 88/2026 (R-01 Volatilidade de Preços, R-02 Atraso na Entrega), os prazos de entrega poderão ser renegociados de comum acordo entre as partes, mediante comprovação documental pelo Contratado de indisponibilidade temporária de componentes junto ao fabricante, sem aplicação de sanções moratórias durante o período comprovadamente afetado, observado o limite máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos contados da emissão da OFB.

Requisitos de Capacitação

4.2. *Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;*

Requisitos Legais

4.4. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.4.1. A contratação deverá observar a Portaria Normativa IFSP nº 155/2026, que estabelece a Estratégia de Sustentação e Provimento da Infraestrutura Computacional do IFSP, especialmente no que se refere à padronização do parque computacional, ao ciclo de vida dos equipamentos, à priorização de atividades críticas, ao gerenciamento de riscos e às diretrizes institucionais de provimento e substituição de estações de trabalho.

4.4.2. A contratação deverá observar a Portaria Normativa IFSP nº 145/2025, que regulamenta a utilização de estações de trabalho no âmbito do IFSP, inclusive quanto às condições de uso institucional, responsabilidade dos usuários, controle de acesso, utilização em teletrabalho, quando aplicável, e demais regras de preservação, guarda e uso adequado dos equipamentos.

4.4.3. A contratação deverá observar a Portaria nº 4296/2020, que institui a Política de Segurança da Informação e Comunicação do IFSP, bem como os princípios de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade dos dados e dos serviços prestados, especialmente no que se refere ao uso das estações de trabalho, ao controle de acessos e à mitigação de riscos cibernéticos.

Requisitos de Manutenção

4.5 Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções **corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva** pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade e do adequado funcionamento dos bens fornecidos.

Requisitos Temporais

4.6. A entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, independentemente da localidade de destino, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificada previamente pelo Contratado e autorizada pela Contratante, observado o disposto no item 4.1.6.1.

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.7. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, bem como observar a Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), a Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, a Instrução Normativa GSI/PR nº 05, de 2021, e o Guia de Requisitos e de Obrigações quanto à Segurança da Informação e Privacidade, no que couber, especialmente no que se refere à contratação, implementação e utilização da solução de TIC.

4.7.1. A contratação observará, quando aplicável:

- a) Portaria Normativa IFSP nº 155/2026. Estratégia de Sustentação e Provimento da Infraestrutura Computacional do IFSP;
- b) Portaria Normativa IFSP nº 145/2025. Política de Utilização de Estações de Trabalho no âmbito do IFSP;
- c) Portaria nº 4.296/2020. Política de Segurança da Informação e Comunicação do IFSP (POSIC).

4.7.2. Classificação da informação e princípios de segurança: Os ativos de TIC objeto desta contratação deverão ser tratados de forma compatível com a classificação da informação adotada pelo IFSP, observando os seguintes níveis mínimos do Tripé CID:

Dimensão	Nível	Requisito de hardware associado
Confidencialidade	Alto	TPM 2.0 integrado; criptografia total de disco (BitLocker); UEFI com senha configurável
Integridade	Alto	Secure Boot ativado; BIOS/UEFI resiliente com proteção contra gravações indevidas
Disponibilidade	Médio-Alto	Garantia on-site 36 meses; SLA NBD (24h úteis); componentes com AFR $\leq 1,78\%$

4.7.3. A solução deverá assegurar proteção adequada contra acesso não autorizado, uso indevido e adulteração indevida de firmware ou dados, por meio de:

- a) Senha de BIOS/UEFI configurável pela equipe de TI do IFSP;
- b) Secure Boot habilitado, impedindo a execução de código não assinado durante a inicialização;
- c) TPM 2.0 para autenticação baseada em hardware e proteção de chaves criptográficas.

4.7.4. Gestão de vulnerabilidades e atualização: Durante o período mínimo de 5 (cinco) anos após a entrega, o fabricante deverá disponibilizar, sem custo adicional, atualizações de firmware e BIOS para correção de vulnerabilidades classificadas com CVSSv3 $\geq 7,0$, mantendo compatibilidade com os mecanismos de atualização adotados pelo IFSP.

4.7.5. Caso sejam identificadas vulnerabilidades críticas (CVSSv3 $\geq 9,0$) nos modelos fornecidos, a Contratada deverá comunicar o IFSP em até 5 (cinco) dias úteis e disponibilizar a correção ou mitigação em até 30 (trinta) dias corridos, conforme previsto no termo de garantia e nas especificações técnicas da solução.

4.7.6. Compatibilidade com ferramentas de gestão e controle: Os equipamentos deverão ser compatíveis com ferramentas de gerenciamento unificado de endpoints e com os mecanismos de administração centralizada utilizados pelo IFSP, permitindo o controle de ativos, a aplicação de políticas de segurança, o suporte remoto e a atualização centralizada. Tal compatibilidade é assegurada intrinsecamente pela exigência de sistema operacional Windows 11 Professional 64-bit (OEM) e suporte a Wake-on-LAN.

4.7.7. Tratamento de incidentes e proteção do ambiente institucional: A solução deverá permitir a adoção de medidas preventivas e corretivas voltadas à redução de incidentes de segurança da informação, à proteção do ambiente digital institucional e à preservação da continuidade operacional, inclusive em situações de falha técnica, indisponibilidade ou descontinuidade de suporte do fabricante.

4.7.8. Descarte seguro: Em caso de substituição de unidades de armazenamento (HD/SSD) durante a vigência da garantia, a peça defeituosa permanecerá sob custódia do IFSP (*Keep Your Hard Drive* — KYHD), sendo vedada a devolução à Contratada ou ao fabricante. Ao término da vida útil dos equipamentos, o IFSP aplicará procedimentos de sanitização conforme NIST SP 800-88 Rev. 1 antes do desfazimento (Decreto nº 9.373/2018).

4.7.9. Gerenciamento de riscos: A contratação considera os riscos identificados no Estudo Técnico Preliminar (Processo 23305.004794.2026-07) e no Mapa de Gerenciamento de Riscos (13 riscos mapeados), especialmente:

- a) Obsolescência tecnológica — mitigada pela exigência de EoL > 2 anos e DDR5 obrigatório;
- b) Vulnerabilidade cibernética — mitigada por TPM 2.0, Secure Boot e publicação de patches por 5 anos;
- c) Descontinuidade de suporte do fabricante — mitigada pela exigência de garantia on-site 36 meses e EoL mínimo;
- d) Volatilidade de preços (DRAM/NAND) — mitigada por cláusula de reequilíbrio econômico-financeiro (art. 124, II, "d", Lei 14.133/2021);
- e) Falha de fornecedor — mitigada pela exigência de carta de solidariedade do fabricante e atestados de capacidade técnica.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.8 Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.8.1 A contratação deve estar em conformidade com o art. 16, inciso I, alínea "g", da Instrução Normativa SGD /ME nº 94, de 2022, os Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais definem os requisitos que a Solução de TIC deve atender para estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria-Geral da União/Advocacia-Geral da União.

4.8.2 apresentar eficiência energética, com preferência por soluções de menor consumo e melhor desempenho;

4.8.3 observar, quando aplicável, certificações e referências de sustentabilidade reconhecidas no mercado, como Energy Star, EPEAT ou equivalentes;

4.8.4 possuir embalagem preferencialmente reciclável ou de material reciclado;

4.8.5 permitir descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil, em conformidade com a legislação aplicável;

4.8.6 contribuir para a redução do impacto ambiental ao longo do ciclo de vida dos bens;

4.8.7 observar as diretrizes institucionais de sustentabilidade e uso racional dos recursos públicos, inclusive o planejamento socioambiental vigente no IFSP;

4.8.8 priorizar soluções com maior durabilidade, reduzindo substituições prematuras e o descarte desnecessário de equipamentos.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

4.9.1. Os equipamentos deverão ser compatíveis com as ferramentas de gestão centralizada de endpoints adotadas pelo IFSP. Tal compatibilidade é assegurada intrinsecamente pela exigência de sistema operacional Windows 11 Professional 64-bit (OEM), não sendo necessária comprovação específica por parte da Contratada.

Nota: O ecossistema institucional de gestão de endpoints do IFSP é composto por Faronics Ultimate Cloud (gestão de integridade), Kaspersky Endpoint Security (antivírus/EDR) e Ivanti Neurons (gestão de ativos e patches). A instalação e configuração desses agentes será realizada pela DTI/IFSP após o recebimento definitivo dos equipamentos.

Requisitos de Sistema Operacional e Firmware

4.9.2. Os equipamentos deverão atender aos seguintes requisitos técnicos:

4.9.2.1. Sistema Operacional: **Windows 11 Professional 64-bit**, licenciado (OEM), em versão atualizada conforme suporte do fabricante, com suporte oficial de pelo menos 5 (cinco) anos a partir da entrega. Vedado Windows 11 Home.

4.9.2.2. Firmware e BIOS:

- a) BIOS/UEFI proprietária do fabricante (com copyright identificável), configurável e auditável;
- b) Secure Boot habilitado obrigatoriamente;
- c) TPM 2.0 (Trusted Platform Module) integrado à placa-mãe (discreto ou fTPM aceitos), essencial para proteção de credenciais e conformidade com IN GSI/PR nº 5/2021;
- d) Senha de BIOS/UEFI configurável exclusivamente pela equipe de TI do IFSP;
- e) Atualizações de firmware disponibilizadas pelo fabricante durante o período mínimo de 5 (cinco) anos após a entrega, para correção de vulnerabilidades com CVSSv3 $\geq 7,0$;
- f) Drivers atualizados e certificados para todos os componentes de hardware, com disponibilidade mínima de 5 (cinco) anos.

Requisitos de Conectividade e Rede

4.9.3. Os equipamentos deverão suportar:

4.9.3.1. Padrões de Rede:

- a) Ethernet Gigabit (1 Gbps no mínimo) com conector RJ-45 integrado para desktops;
- b) Wi-Fi 6 (802.11ax) ou superior para notebooks, com suporte a redes corporativas 802.1X (autenticação por certificado);
- c) Suporte a IPv4 e IPv6;
- d) Suporte a Wake-on-LAN (WoL) para gerenciamento remoto de energia.

4.9.3.2. Integração com Infraestrutura de Rede: Os equipamentos deverão operar na infraestrutura de rede do IFSP sem necessidade de configurações especiais ou exceções de segurança no conjunto de soluções NGFW institucional.

4.9.3.3. Bluetooth: Notebooks deverão possuir Bluetooth 5.0 ou superior integrado.

Requisitos de Segurança, Gestão Remota e Auditoria

4.9.4. Os equipamentos deverão atender aos seguintes requisitos:

4.9.4.1. Controle de Acesso:

- a) Suporte a autenticação multifatorial (MFA) para perfis administrativos, via Windows Hello ou equivalente;
- b) Integração com sistema de autenticação centralizado (Active Directory ou equivalente do IFSP);
- c) Bloqueio automático da sessão após período de inatividade configurável via GPO.

4.9.4.2. Gestão Remota e Monitoramento:

- a) Suporte a Remote Desktop Protocol (RDP) com criptografia;
- b) Capacidade de coleta centralizada de logs de auditoria e eventos de segurança via Windows Event Forwarding ou equivalente;
- c) Suporte a Wake-on-LAN para acionamento remoto.

4.9.4.3. Patch Management:

- a) Compatibilidade com sistema de atualização centralizada de patches (Ivanti Neurons ou WSUS);
- b) Suporte a agendamento de atualizações conforme políticas do IFSP;
- c) O fabricante deverá disponibilizar patches críticos (CVSSv3 $\geq 9,0$) em até 30 (trinta) dias corridos após publicação da vulnerabilidade.

4.9.4.4. Criptografia:

- a) Suporte obrigatório a criptografia de disco completo (Full Disk Encryption — FDE) compatível com BitLocker, viabilizada pelo TPM 2.0 exigido no item 4.9.2.2, alínea "c".

Requisitos de Acessibilidade e Compatibilidade

4.9.5. Os equipamentos deverão suportar:

4.9.5.1. Padrões de Acessibilidade:

- a) Compatibilidade com recursos de acessibilidade nativos do Windows 11 (Narrador, Lupa, Legendas ao vivo, Reconhecimento de voz);
- b) Compatibilidade com softwares assistivos de mercado (leitores de tela, ampliadores, teclados virtuais);
- c) Suporte a dispositivos de entrada alternativos (teclado ergonômico, mouse adaptado, etc.), conforme item 13 da Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023.

Proibições e Restrições

4.9.6. Restrições de software pré-instalado:

- a) Os equipamentos deverão ser entregues exclusivamente com o sistema operacional Windows 11 Professional 64-bit e drivers essenciais do fabricante;
- b) Software adicional não solicitado (*bloatware*) deverá ser removido antes da entrega;
- c) Softwares de sincronização de nuvem pessoal (OneDrive pessoal, Google Drive, Dropbox) não deverão estar pré-configurados. A configuração do OneDrive institucional será realizada pela equipe de TI do IFSP.

Conformidade Normativa

4.9.7. Os equipamentos deverão atender integralmente aos requisitos de arquitetura tecnológica definidos neste TR, conforme:

- a) Lei nº 14.133/2021, art. 16, II, "a" — requisitos de arquitetura tecnológica;
- b) IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, II, "a" — especificação técnica de TIC;
- c) IN GSI/PR nº 5/2021 — Segurança da Informação em TIC;
- d) Lei nº 13.709/2018 (LGPD) — conformidade com proteção de dados pessoais;
- e) Portaria Normativa IFSP nº 155/2026 — Estratégia de Sustentação e Provimento da Infraestrutura Computacional;
- f) Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023 — Diretrizes para sustentação de infraestrutura computacional na APF.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.10 Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

Imagem e Configuração do Sistema Operacional

4.10.1. Os equipamentos deverão ser entregues com sistema operacional pré-instalado e configurado conforme segue:

4.10.2. Sistema Operacional: **Windows 11 Professional 64-bit**, licenciado (OEM), em versão atualizada conforme lançamento mais recente disponibilizado pelo fabricante.

4.10.3. Todos os *updates* críticos e patches de segurança disponíveis até a data de entrega deverão estar aplicados.

4.10.4. Configuração de Segurança obrigatória na entrega:

- a) Secure Boot: habilitado;
- b) TPM 2.0: habilitado e operacional;
- c) UEFI: configurado em modo seguro;
- d) Senha de BIOS/UEFI: **não configurada** na fábrica — será definida pela equipe de TI do IFSP após recebimento definitivo.

4.10.5. Instalação de Drivers:

- a) Todos os drivers de hardware (chipset, rede, áudio, vídeo, periféricos) instalados e funcionais;
- b) Drivers obtidos exclusivamente de fontes oficiais do fabricante;
- c) Drivers atualizados até 30 (trinta) dias antes da data de entrega.

4.10.6. Configuração de Rede:

- a) Ethernet Gigabit (1 Gbps): driver instalado e interface funcional;
- b) Wi-Fi 6 (802.11ax): driver instalado, sem associação a redes específicas (notebooks e desktops com Wi-Fi integrado);
- c) IPv4 e IPv6: habilitados;
- d) Configuração de DNS e domínio: **não pré-configurada** — será realizada pela equipe de TI do IFSP na implantação.

4.10.7. Configuração Regional e de Idioma:

- a) Idioma: Português (Brasil);
- b) Formato de data/hora: padrão brasileiro (DD/MM/AAAA);
- c) Layout de teclado: ABNT2;
- d) Fuso horário: America/Sao_Paulo (UTC-3).

4.11 — Software Pré-instalado e Restrições

4.11.1. Os equipamentos deverão ser entregues exclusivamente com:

- a) Sistema operacional Windows 11 Professional 64-bit (OEM);
- b) Drivers essenciais do fabricante;
- c) Utilitários do fabricante para atualização de firmware/drivers (ex.: Dell Command Update, Lenovo Vantage, Acer Care Center), quando disponíveis.

4.11.2. Remoção obrigatória antes da entrega:

- a) Software de demonstração, promoções, jogos ou *bloatware* de qualquer natureza;
- b) Sincronizadores de nuvem pessoal pré-configurados (OneDrive pessoal, Google Drive, Dropbox);
- c) Processos de *startup* desnecessários não relacionados ao funcionamento do hardware.

Nota: A instalação de softwares institucionais (agentes de segurança, navegadores, Office 365, ferramentas de gestão) será realizada pela DTI/IFSP após o recebimento definitivo, por meio de imagem padronizada ou distribuição centralizada via Ivanti Neurons. A Contratada **não** deverá instalar agentes de segurança, antivírus ou ferramentas de gestão de endpoints.

4.12 — Configuração de Segurança na Entrega

4.12.1. A Contratada deverá entregar os equipamentos com as seguintes configurações de segurança:

- a) Secure Boot: habilitado;
- b) TPM 2.0: habilitado, detectável pelo sistema operacional e pronto para uso com BitLocker;
- c) Senha de BIOS/UEFI: **não definida** (será configurada pelo IFSP);
- d) BitLocker: **não ativado** — pronto para habilitação pela equipe de TI do IFSP;
- e) Windows Defender Firewall: habilitado com regras padrão;

f) Conta de administrador local: criada com credencial temporária padrão a ser informada pela DTI/IFSP antes da entrega.

4.12.2. A integração com domínio Active Directory, aplicação de GPOs, configuração de MFA e demais políticas de segurança institucional serão realizadas exclusivamente pela equipe de TI do IFSP após o recebimento definitivo.

4.13 — Testes de Funcionalidade e Validação Pré-Entrega

4.13.1. Antes da entrega, a Contratada deverá realizar testes funcionais em cada equipamento, compreendendo:

4.13.2. Testes de Hardware:

- a) Inicialização completa (POST — Power-On Self Test) sem erros;
- b) Teste de memória RAM (mínimo 1 ciclo completo);
- c) Teste de integridade do SSD NVMe (S.M.A.R.T. ou equivalente);
- d) Teste de conectividade Ethernet (link 1 Gbps detectado);
- e) Teste de periféricos integrados: webcam, microfone e alto-falantes (itens 9 — Monitor Lote A; notebooks);
- f) Teste de bateria para notebooks: verificação de carga mínima de 80% da capacidade nominal;
- g) Verificação de pixels defeituosos no monitor/tela (tolerância: zero pixels permanentemente acesos ou apagados em área central de 80% da tela).

4.13.3. Testes de Segurança:

- a) Secure Boot: ativado e funcional;
- b) TPM 2.0: detectado pelo sistema operacional (verificável via `tpm.msc`);
- c) Windows Update: todos os updates críticos aplicados.

4.13.4. Testes de Rede:

- a) Interface Ethernet: link detectado a 1 Gbps;
- b) Interface Wi-Fi (notebooks): adaptador detectado e funcional;
- c) Wake-on-LAN: funcionalidade habilitada na BIOS/UEFI.

4.14 — Documentação de Testes

4.14.1. A Contratada deverá fornecer, junto com cada lote entregue, relatório de testes contendo:

- a) Identificação do equipamento (número de série, *service tag*, modelo);
- b) Data e hora da realização dos testes;
- c) Resultado de cada teste (Aprovado / Reprovado);
- d) Identificação do responsável técnico pela execução dos testes.

4.14.2. O relatório poderá ser apresentado em formato digital (PDF ou planilha), agrupado por OFB, e deverá ser entregue junto com a nota fiscal correspondente.

4.14.3. A apresentação do relatório de testes é condição para o recebimento provisório dos equipamentos. Equipamentos sem relatório de testes serão recusados.

4.15.1. Para fins de padronização técnica, suporte unificado e gestão de garantia, todos os equipamentos de todos os itens (1 a 7) deverão ser do mesmo fabricante (grupo único), conforme justificativa técnica detalhada no item 3.6.2.

4.15.2. Composição obrigatória por tipo de item:

- a. Desktops (itens 1 a 5): gabinete + monitor + teclado ABNT2 com fio + mouse óptico com fio + cabo de força + kit de segurança física (cabo de segurança homologado pelo fabricante, com comprimento mínimo de 1,2 m e trava compatível com o slot do equipamento) — todos do mesmo fabricante;
- b. Monitores avulsos (itens 6 e 7): monitor + cabo de vídeo (DisplayPort) + cabo USB upstream + cabo de força

4.16. Identificação e Rastreabilidade

4.16.1. Cada equipamento deverá possuir etiqueta de identificação permanente do fabricante contendo, no mínimo:

- a) Número de série (*serial number*);
- b) *Service tag* ou código de atendimento do fabricante;
- c) Modelo e *part number*.

4.16.2. A Contratada deverá fornecer, em formato digital (planilha CSV ou XLSX), a relação completa de números de série de todos os equipamentos entregues em cada OFB, para fins de tombamento patrimonial e registro no sistema de gestão de ativos (Ivanti ITAM) do IFSP.

4.17 — Documentação Técnica e Rastreabilidade

4.17.1. Identificação Física:

- a) Os equipamentos deverão possuir número de série do fabricante gravado em local visível no gabinete ou em etiqueta permanente;
- b) O equipamento deverá permitir a aplicação de etiqueta patrimonial do IFSP sem danificar componentes;
- c) A etiquetagem com identificador patrimonial será realizada pelas Coordenadorias de TI de cada campus após o recebimento definitivo.

4.17.2. Documentação Digital por Lote de Entrega (formato planilha CSV ou XLSX):

- a) Número de série do equipamento (*service tag*);
- b) Número de série dos componentes principais (SSD, placa-mãe);
- c) Versão de firmware/BIOS instalada;
- d) Lista de drivers instalados (nome, versão, data);
- e) Resultado dos testes pré-entrega (conforme item 4.13);
- f) Chave de produto do Windows (OEM — vinculada ao hardware).

4.17.3. Documentação de Conformidade e Certificações:

- a) Certificado ou declaração de conformidade EPEAT (Silver ou superior);
- b) Certificado Energy Star vigente;
- c) Declaração de conformidade RoHS (Diretiva 2011/65/EU);
- d) Certificado INMETRO (quando aplicável);

e) Comprovante de garantia do fabricante (36 meses on-site, NBD).

4.17.4. Manuais e Suporte:

- a) Manual de operação básica em português (impresso ou digital);
- b) Link para portal de suporte online do fabricante (download de drivers, abertura de chamados de garantia);
- c) Instruções de recuperação de imagem de fábrica.

4.17.5. A documentação digital consolidada deverá ser entregue em meio eletrônico (e-mail ou portal) à CTI do campus destinatário e à DTI/Reitoria, junto com a nota fiscal de cada OFB.

4.18 — Procedimentos de Entrega e Coordenação

4.18.1. Planejamento e Cronograma:

- a) A Contratada deverá comunicar à CTI do campus destinatário a previsão de entrega com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis;
- b) A entrega poderá ser escalonada conforme disponibilidade de espaço e pessoal em cada campus, desde que respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos da OFB (item 4.6);
- c) Entregas em múltiplos campi decorrentes de uma mesma OFB poderão ser realizadas em datas distintas, desde que todas dentro do prazo contratual.

4.18.2. Local de Entrega:

- a) Os endereços serão definidos individualmente para cada campus, conforme indicado na respectiva OFB;
- b) Cada campus designará local apropriado para recebimento (almoxarifado, laboratório ou depósito);
- c) A entrega deverá ocorrer em dias úteis, das 8h às 17h.

4.18.3. Inspeção no Recebimento (Recebimento Provisório):

- a) Verificação de quantidade conforme nota fiscal e OFB;
- b) Inspeção visual para danos de transporte (embalagens violadas, amassamentos, riscos);
- c) Conferência de números de série (correspondência com documentação do item 4.17.2);
- d) Teste de inicialização (*boot test*) em amostra de no mínimo 10% do lote ou 5 (cinco) unidades, o que for maior;
- e) Emissão de Termo de Recebimento Provisório pelo fiscal técnico do campus.

4.18.4. Recebimento Definitivo:

- a) O recebimento definitivo ocorrerá em até 15 (quinze) dias úteis após o recebimento provisório;
- b) Nesse período, a equipe de TI do campus realizará testes complementares (integração com domínio, instalação de agentes, verificação de conformidade com especificações técnicas);
- c) Equipamentos que apresentarem defeitos ou não conformidades serão devolvidos à Contratada para substituição no prazo de 10 (dez) dias corridos, sem ônus para o IFSP.

4.18.5. Suporte Técnico nos Primeiros 30 Dias:

- a) A Contratada deverá disponibilizar canal de suporte (telefone, e-mail ou portal) em dias úteis, das 8h às 18h, para questões relacionadas a defeitos de fabricação ou configuração de fábrica;

b) Chamados críticos (equipamento não inicializa, falha de componente): início de atendimento on-site em até 24 horas úteis (NBD);

c) Este suporte integra a garantia contratual de 36 meses (item 4.5) e não constitui serviço adicional.

Nota: Questões de configuração de domínio, instalação de agentes de segurança, aplicação de GPOs e integração com o ecossistema institucional são de responsabilidade exclusiva da equipe de TI do IFSP e não configuram chamado de garantia à Contratada.

4.19 — Conformidade Normativa dos Requisitos de Implementação

4.19.1. Os requisitos de instalação, configuração e entrega definidos nos itens 4.10 a 4.18 atendem integralmente a:

- a) Lei nº 14.133/2021, art. 16, II, "b" — requisitos de implementação;
- b) IN SGD/ME nº 94/2022, art. 16, II, "b" — especificação técnica de implementação de TIC;
- c) IN GSI/PR nº 5/2021 — Segurança da Informação em contratações de TIC;
- d) Lei nº 13.709/2018 (LGPD) — proteção de dados pessoais;
- e) Portaria Normativa IFSP nº 155/2026 — Estratégia de Sustentação e Provimento da Infraestrutura Computacional;
- f) Portaria SGD/MGI nº 2.715/2023 — Diretrizes para sustentação de infraestrutura computacional na APF.

Requisitos de Implantação

4.20 Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.21. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.22 Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

4.23 A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.24 A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

4.25 Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.26 As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.27 Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

4.28 O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

4.29 Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

4.30 Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

4.31 O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

4.32 A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

Requisitos de Experiência Profissional

4.33 Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.34 Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.35 O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.36 A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.37 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: - Suporte eletrônico (email, portal, sistema): funcionamento 24 (vinte e quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana; - Suporte telefônico: funcionamento 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana (segunda a sexta-feira), em horário comercial (08h00 às 17h00, horário de Brasília).

4.38 O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.38.1 Confirmação de recebimento de cada OFB;

4.38.2 Cronograma de separação, embalagem e despacho; - Rastreamento de envio (número de protocolo, transportadora, data estimada de entrega);

4.38.3 Notificação de atrasos ou impossibilidades de atendimento, com justificativas e propostas de reprogramação; - Eventuais problemas operacionais que possam impactar o fornecimento

Outros Requisitos Aplicáveis

4.39. Compatibilidade com Políticas Institucionais: Os equipamentos deverão estar em conformidade com as seguintes políticas institucionais do IFSP:

4.39.1 Portaria Normativa IFSP nº 155/2026 (Estratégia de Sustentação e Provimento de Infraestrutura Computacional);

4.39.2 Portaria Normativa IFSP nº 145/2025 (Política de Segurança de Dados e Privacidade); - Comunicado Interno DTI de 9 de abril de 2026 (Políticas de Sincronização de Nuvem e Armazenamento de Dados);

4.40. Diretrizes de Acessibilidade WCAG 2.1 (Nível AA no mínimo).

4.40.1 b) Conformidade com Legislação de Sustentabilidade:

4.40.2 Os equipamentos deverão atender aos requisitos de sustentabilidade e eficiência energética conforme: - Energy Star® ou equivalente (consumo de energia otimizado); - RoHS 2011/65/EU (restrição de substâncias perigosas); - Conformidade com Portaria Normativa IFSP nº 155/2026 (Seção 5.6. Requisitos de Sustentabilidade).

4.41. Rastreabilidade e Conformidade: Os equipamentos deverão permitir rastreabilidade completa de:

4.41.1 Origem (verificação de legitimidade e ausência de componentes fraudulentos ou reconicionados);

4.41.2 Cadeia de custódia (documentação de manufatura, transporte, armazenamento);

4.41.3 Certificações aplicáveis (ISO 9001, ISO 14001, quando aplicável).

Sustentabilidade

4.42 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.43 A presente contratação está alinhada com: Plano Diretor de Logística Sustentável (PDLS) do IFSP;

4.44 Plano de Contratações Anual (PCA) 2026 do IFSP;

4.45 Portaria Normativa IFSP nº 155/2026 (Estratégia de Sustentação de Infraestrutura Computacional);

4.46 Estratégia de Governo Digital 2024-2026; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

4.46.1 Requisitos de Sustentabilidade Ambiental: Os equipamentos deverão atender aos seguintes critérios de sustentabilidade nas dimensões ambiental, econômica, social e cultural:

4.46.1.1 Eficiência Energética: Certificação Energy Star® ou equivalente (consumo otimizado);

4.46.1.2 Consumo de potência em repouso inferior a 10W (desktops); - Consumo de potência em repouso inferior a 5W (notebooks); - Conformidade com Energy Star v8.0 ou superior.

4.46.2 Conformidade com Restrições de Substâncias Perigosas: - Certificação RoHS 2011/65/EU (restrição de chumbo, mercúrio, cádmio, cromo hexavalente, bifenilos polibromados, éteres de difenila polibromados);

4.46.3 Conformidade com WEEE Directive (Waste Electrical and Electronic Equipment);

4.46.4 Comprovação de conformidade do fornecedor.

4.47 Ciclo de Vida e Fim de Vida: Equipamentos deverão ser projetados para durabilidade mínima de 5 (cinco) anos de operação;

4.47.1 Disponibilidade de peças de reposição pelo período de garantia (36 meses);

4.47.2 Plano de reciclagem e destinação ambiental adequada de componentes ao final da vida útil, conforme legislação de resíduos eletrônicos;

4.47.3 Comprovação de parceria com programa de reciclagem certificado (ISO 14001 ou equivalente).

4.47.4 Materiais e Embalagem: - Minimização de materiais tóxicos na fabricação;

4.47.5 Embalagem utilizando materiais recicláveis (papel, papelão) evitar plástico puro;

4.47.6 Reduções de volume de embalagem e peso para otimizar transporte.

4.48 Requisitos de Sustentabilidade Social: - Fornecedor deverá estar em conformidade com legislação trabalhista (Lei nº 13.467/2017. CLT);

4.48.1 Declaração de conformidade com direitos humanos e trabalho infantil (conforme Convenções OIT);

4.48.2 Adoção de práticas de segurança e saúde ocupacional (ISO 45001 ou equivalente);

4.48.3 Comprovação de acesso a treinamento e qualificação profissional para colaboradores na cadeia de suprimentos.

4.49 Requisitos de Sustentabilidade Econômica:

4.49.1. Análise de Custo Total de Propriedade (TCO) com cenários de eficiência energética e redução de custos operacionais; - Transparência de preços e conformidade com legislação de concorrência (Lei nº 12.529/2011);

4.49.2 Promoção de competição equitativa vedação de monopólio de fornecedores.

4.50 Requisitos de Acessibilidade: Conformidade com WCAG 2.1 (Web Content Accessibility Guidelines) Nível AA no mínimo;

4.50.1 Suporte a teclados e periféricos de acessibilidade; - Sistema operacional com recursos de acessibilidade (leitor de tela, zoom, alto contraste) pré-configurados;

4.50.2 Documentação de acesso disponível em formato acessível.

Indicação de marcas ou modelos:

4.51. Na presente contratação, serão utilizadas as seguintes marcas e modelos como referência de qualidade e parâmetro técnico, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021, para facilitar a descrição do objeto, sem restringir a participação de fornecedores com produtos equivalentes ou de melhor qualidade:

Item	Descrição	Referência Acer	Referência Dell	Referência Lenovo
1	Desktop Administrativo I	Veriton VSF110-BD16	Pro Micro QCM1250	ThinkCentre M70q Gen 6
2	Desktop Administrativo II	Veriton VSF110-BD19	Pro Slim QCS1250	ThinkCentre M70q Gen 6
3	Desktop Laboratório I	Veriton VSF110-BD16	Pro Slim QCS1250	ThinkCentre M70q Gen 6
4	Desktop Laboratório II	Veriton VSF110-BD19	Pro Slim QCS1250	ThinkCentre M70q Gen 6
5	Desktop Design/Dev	Veriton N series ¹	Pro Max Tower T2	ThinkStation P2 Tower Gen 2
6	Monitor Adm/Docente (webcam)	CB242Y-D6bmiprcx	³	ThinkVision T24-4v
7	Monitor Acadêmico/Lab	CB242Y-P6bipr	Pro 24 Plus P2425HE	ThinkVision T24-4E ⁴

4.51.1. As marcas e modelos acima são mencionados exclusivamente como parâmetros de qualidade e referência técnica. Produtos de outros fabricantes serão aceitos desde que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas definidas na Seção 3.6.1.

4.51.2. Os modelos de referência indicam a linha e categoria do equipamento esperado. Caso o fabricante possua modelo de linha superior que atenda integralmente às especificações, este será aceito sem restrições.

4.51.3. Notas:

- ¹ Acer Veriton N series ou linha torre equivalente do fabricante que atenda ao formato Mini Torre/Torre e às especificações de workstation (§3.6.1.5).
- ³ Dell: modelo de referência para o item 6 será indicado pelo fabricante durante a fase de propostas, devendo atender integralmente às especificações de webcam integrada, hub USB e ergonomia (§3.6.1.6).
- ⁴ Lenovo: modelo ThinkVision T24-4E (com hub USB e ergonomia completa). O modelo S24-4E não atende aos requisitos de conectividade USB e ajuste ergonômico.

4.52. As marcas e modelos acima são mencionados exclusivamente como parâmetros de qualidade e referência técnica; Produtos de outros fornecedores serão aceitos desde que atendam integralmente às especificações técnicas mínimas definidas no Item 11.1 do ETP (processador, memória RAM, armazenamento, interfaces, certificações, etc.);

4.53 A CONTRATANTE poderá exigir comprovação de desempenho, qualidade e compatibilidade equivalentes à marca de referência mencionada; - Aplicam-se os princípios de padronização (Art. 43, Lei 14.133/2021) e Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas (Portaria SEGES/ME nº 938/2022).

Da exigência de carta de solidariedade

4.54 Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.

Subcontratação

4.55 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.56. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Informações relevantes para o dimensionamento e apresentação da proposta

4.57 A demanda tem como base as seguintes características, essenciais para o correto dimensionamento da proposta comercial e logística pelo CONTRATADO:

4.58 Quantitativo Total: A contratação prevê o fornecimento de até 2.100 (dois mil e cem) equipamentos, distribuídos por categoria conforme Seção 4 do ETP nº 148/2026:

- 4.58.1 Desktop Administrativo I: 325 unidades;
- 4.58.2 Desktop Administrativo II: 65 unidades;
- 4.58.3 Desktop Laboratório I: 520 unidades;
- 4.58.4 Desktop Laboratório II: 390 unidades;
- 4.58.5 Desktop Design/Desenvolvimento: 80 unidades;
- 4.58.6 Monitor Administrativo/Docente (com webcam): 390 unidades;
- 4.58.7 Monitor Acadêmico/Laboratório (sem webcam): 330 unidades.

- 4.59 Distribuição Geográfica: Os equipamentos deverão ser entregues nos 13 (treze) campi novos do IFSP instituídos pelo Programa Novo PAC (Lei nº 14.799/2024), distribuídos no Estado de São Paulo.
- 4.60 Especificações Técnicas: Os bens deverão atender integralmente às especificações mínimas da Seção 3.6.1 deste TR, garantindo compatibilidade com as soluções de software Faronics Ultimate Cloud, Kaspersky e Ivanti Neurons.
- 4.61 Prazos de Entrega: O fornecimento ocorrerá mediante emissão de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), com prazo de entrega de até 60 (sessenta) dias corridos, independentemente da localidade, prorrogável nos termos do item 4.1.6.1.
- 4.62 Modelo de Execução: O fornecimento será realizado ao longo de 24 (vinte e quatro) meses, correspondentes ao prazo de vigência inicial de 1 (um) ano da Ata de Registro de Preços, prorrogável por igual período, nos termos do Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.63 Requisitos Adicionais: A proposta deve contemplar Garantia de 36 (trinta e seis) meses on-site NBD e Suporte Técnico nos primeiros 30 dias pós-entrega.
- 4.64 Possibilidade de aditamento: Conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021, o contrato preverá possibilidade de aditamento de até 25% nos quantitativos.

Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:

- 4.65 Não será realizada reserva de cota para microempresas e empresas de pequeno porte, conforme exceção prevista no art. 10, II, do Decreto nº 8.538, de 2015.

Justificativa: A dispensa da cota reservada justifica-se porque:

I. O objeto exige fornecimento integral por fabricante único (grupo único, marca única), com infraestrutura de garantia on-site em 13 localidades;

II. A distribuição geográfica (13 campi novos) exige capacidade logística de fornecedor com infraestrutura de transporte e entrega em múltiplas regiões do Estado;

III. O quantitativo (2.100 unidades) e a exigência de marca única demandam fornecedor com canal autorizado de fabricante com capacidade comprovada;

IV. Equipamentos de linha corporativa (Dell, Lenovo, HP, Acer) são distribuídos por canais autorizados; fornecedores ME/EPP atuam como revendedores, podendo participar normalmente como revenda autorizada.

Margem de Preferência

- 4.66. Não se aplica margem de preferência à presente contratação, tendo em vista a inexistência, na data de elaboração deste Termo de Referência, de Decreto regulamentador vigente que estabeleça margem de preferência para o objeto licitado (equipamentos de informática — desktops, notebooks e monitores), nos termos dos arts. 26 a 28 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.66.1. Caso sobrevenha regulamentação específica antes da publicação do edital, a Equipe de Planejamento da Contratação avaliará a aplicabilidade e promoverá os ajustes necessários na minuta do edital.
- 4.66.2. A ausência de margem de preferência não impede a participação de fabricantes nacionais, que concorrerão em igualdade de condições com os demais licitantes.

Fundamentação: Arts. 26 a 28 da Lei nº 14.133/2021 condicionam a aplicação de margem de preferência à existência de regulamentação específica por decreto do Poder Executivo Federal. Na ausência de decreto vigente para o objeto, a margem não pode ser aplicada unilateralmente pelo órgão licitante.

5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

5.1 São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3 receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4 aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.5 liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6 comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável; e

5.1.8 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2 São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;

5.2.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração; e

5.2.9 fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

5.3 São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1 efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2 conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3 definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.3.1 as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.3.2 definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.4 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.4.1 a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.4.2 as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo Contratado; e

5.3.4.3 as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 deste artigo, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

6.1 O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de bens (OFB) para a entrega dos bens desejados.

6.2 O Contratado deverá fornecer equipamento com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.

6.3 O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato.

Condições de Entrega

6.4. As entregas dos equipamentos ocorrerão de forma parcelada, conforme demanda do IFSP, mediante emissão de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB).

a) Prazos de Entrega por OFB: A entrega deverá ser efetivada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante, independentemente da localidade de destino, podendo ser prorrogada conforme disposto no item 4.1.6.1.

6.5 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco)** dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.6 Atraso na entrega sem justificativa aceita implicará:

6.6.1 Multa moratória de 1% (um por cento) ao dia, até o máximo de 10% (dez por cento) do valor da OFB respectiva;

6.6.2 Possibilidade de cancelamento da OFB e compra em fornecedor substituto, com retenção de valores para cobertura de diferenças,

6.7 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereços:

Campus/Unidade	Endereço
Araraquara	Rua Doutor Aldo Benedito Pierri, 250 - Jardim Paulo Freire, Araraquara/SP, 14804-296
Avaré	Av. Prof. Célso Ferreira da Silva, 1333 - Jardim Europa II, Avaré /SP, 18707-150
Barretos	Av. C-1, 250 – Bairro Ide Daher, Barretos/SP, 14781-502
Bauru	Rua Severino Lins, 7-10, Vila Aviação, Bauru/SP, 17018-600
Birigui	Rua Pedro Cavalo, 709 - Portal da Pérola II, Birigui/SP, 16201407
Boituva	Rua Zélia de Lima Rosa, 100 - Recanto das Primaveras I, Boituva /SP, 18552-252
Bragança Paulista	Av. Maj. Fernando Valle, 2013 - São Miguel, Bragança Paulista - SP, 12903-000
Campinas	Rua Heitor Lacerda Guedes, 1000 - Cidade Satélite Íris, Campinas /SP, 13059-581
Campos do Jordão	Rua Monsenhor José Vita, 280 - Abernæssia, Campos do Jordão /SP, 12460-000
Capivari	Av. Doutor Ênio Pires de Camargo, 2971 - Bairro Ribeirão, Capivari/SP, 13365-010
Caraguatatuba	Av. Bahia, 1739 - Indaiá, Caraguatatuba/SP, 11665-071
Carapicuíba	Estrada da Aldeinha, 245, Jardim Marilu, Carapicuíba/SP, CEP 06343-040
Catanduva	Av. Pastor José Dutra de Moraes, 239 - Distrito Industrial Antônio Zácara, Catanduva/SP, 15808-305
Cotia	R. Howard Archibal Acheson Júnior, 393 - Jardim Barbacena, Cotia - SP, 06711-280
Cubatão	Rua Maria Cristina, 50 - Jardim Casqueiro, Cubatão/SP, 11533160
Diadema	Av. Sete de Setembro, 1670 - Centro, Diadema - SP, 09912-010
Franco da Rocha	Avenida dos Coqueiros, 400, Complexo Hospitalar do Juquery, Vila Artur Sestini, Franco da Rocha/SP, 07850-320
Guarujá	Rua Romualdo dos Santos Maico, nº 447, Jardim Boa Esperança (Vicente de Carvalho), Guarujá/SP,11470-050
Guarulhos	Av. Salgado Filho, 3501 - Vila Rio de Janeiro, Guarulhos/SP, 07115-000
Hortolândia	Av. Thereza Ana Cecon Breda, 1896 - Vila Sao Pedro, Hortolândia/SP, 13183-250
Ilha Solteira	Alameda Tucuruí, 164, Ilha Solteira/SP, 15385-000
Itapetininga	Av. João Olímpio de Oliveira, 1561 - Vila Asem, Itapetininga/SP, 18202- 000
Itaquaquecetuba	Rua Primeiro de Maio, 500, Estação, Itaquaquecetuba/SP - CEP 08571- 050

Jacareí	Rua Antônio Fogaça de Almeida, 200 - Jardim America, Jacareí /SP, 12322-030
Jundiaí	Av. Ângelo Pellicciari, 727. Parque Residencial Jundiaí II - Jundiaí - SP, CEP: 13213-119
Matão	Rua Estéfano D'avassi, 625 - Nova Cidade, Matão/SP, 1599150269
Mauá	R. Justino Cardoso da Silveira, s/n - Jardim Guapituba, Mauá - SP, 09360-350
Miracatu	Av. da Saudade, s/n ou Rodovia BR-116, s/n, Zona Rural, Miracatu - SP, 11850-000
Osasco	R. Oleska Winogradow, 42 - Jardim das Flores Osasco - SP, 06110-295
Piracicaba	Rua Diácono Jair de Oliveira, 1005 - Santa Rosa, Piracicaba/SP, 13414- 155
Pirituba	Av. Mutinga, 951 - Jardim Santo Elias, São Paulo/SP, 05110-000
Presidente Epitácio	Rua José Ramos Júnior, 27-50 - Jardim Tropical, Presidente Epitácio /SP, 19470-000
Presidente Prudente	R. José Ângelo dos Santos, 211 - Parque Imperial, Pres. Prudente - SP, 19028-235
Registro	Av. Clara Gianotti de Souza, 5180 - Jardim Agrochá, Registro /SP, 11900-000 28
Ribeirão Preto	Av. Mal. Costa e Silva, 1111 - Campos Elísios, Ribeirão Preto - SP, 14080-130
Rio Claro	Rua Onze, 2611 - Santana, Rio Claro/SP, 13500-240
Salto	Av. dos Três Poderes, 375 - Residencial Central Parque, Salto /SP, 13325-047
Santos	Rua Henrique Porchat, 47 – Vila Nova – Santos/SP – CEP 11013-510
São Bernardo do Campo	Av. Senador Vergueiro, 1301 - Jardim do Mar, São Bernardo do Campo - SP, 09750-001
São Carlos	Via transportadora: Estrada Municipal Paulo Eduardo de Almeida Prado - São Carlos - SP - CEP: 13.565-820 Via correios: Rodovia Washington Luís, km 235 - Bairro Monjolinho - São Carlos - SP - CEP 13.565-905.
São João da Boa Vista	Av. Marginal, 585 - Fazenda Nossa Senhora Aparecida do Jaguari, São João da Boa Vista /SP, 13871-298
São José do Rio Preto	Rua Dr. Eduardo Nielsen, 420 - Jardim Congonhas, São José do Rio Preto/SP, 15030-070
São José dos Campos	Rod. Pres. Dutra, km 145 - s/n - Jardim Diamante, São José dos Campos/SP, 12223-201
São Miguel Paulista	Rua Ten. Miguel Delia, 93 - Vila Rosaria, São Paulo/SP, 08021090
Cidade Tiradentes	Rua Igarapé Água Azul e Avenida dos Metalúrgicos - Cidade Tiradentes, São Paulo / SP
Jardim Ângela	R. Gen. Lucídio de Arruda, 138 - Jardim Uniao, São Paulo - SP, 04930-030
Jaçanã	R. Ushikichi Kamiya, 684 - Furnas, São Paulo - SP, 02323-000
Reitoria	Rua Pedro Vicente, 625 - Canindé, São Paulo/SP, 01109-010
São Paulo	Rua Pedro Vicente, 625 - Canindé, São Paulo/SP, 01109-010
São Roque	Rodovia Prefeito Quintino de Lima, 2100 - Paisagem Colonial, São Roque/SP, 18145-090
São Vicente	Av. Cap. Luiz Antônio Pimenta, 811 - Parque Bitaru, São Vicente - SP, 11330-200 (antigo Centro de Convenções)

Serrana	Serrana
Sertãozinho	Rua Américo Ambrósio, 269 - Jardim Canaã, Sertãozinho/SP, 14169- 263
Sorocaba	Rua Nhonhô Píres, 250 - Vila Lucy, Sorocaba/SP, 18043-060
Sumaré	Sumaré
Suzano	Av. Mogi das Cruzes, 1501 - Parque Suzano, Suzano/SP, 08673010
Tupã	Rua Othon Guedes Junior, 175 - Parque Universitário, Tupã/SP, CEP 17607-325
Votuporanga	Av. Jerônimo Figueira da Costa, 3014 - Pozzobon, Votuporanga /SP, 15503-110
Considerando a expansão da rede federal de educação, os endereços listados estão sujeitos a alterações e novas unidades poderão ser adicionadas.	

Formas de transferência de conhecimento

6.8 Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.9 A finalização do contrato ocorrerá de forma regular após o recebimento definitivo do último lote de bens e a extinção de todas as obrigações contratuais entre as partes.

6.10 Ficam dispensados procedimentos complexos de transição contratual, tendo em vista que a natureza do objeto se esgota com a entrega e aceite dos equipamentos fornecidos.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.11 Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.12 São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

I Ordem de Fornecimento de Bens;

II Ata de Reunião;

III Ofício;

IV Sistema de abertura de chamados;

V E-mails e Cartas;

Formas de Pagamento

6.13 Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.14 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução **do contrato**, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.15 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos ANEXOS desta contrata.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 05 dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.7.1. Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.7.2. Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.7.3. esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.11. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.15. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.16. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

7.17. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

7.18. Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.18.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.18.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.18.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.18.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.18.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.18.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7.19. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

Critérios de Aceitação

7.20. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.21. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.22. Todos os componentes do(s) equipamento(s) e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisagens, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.23. Todos os componentes internos do(s) equipamento(s) deverá(ão) estar instalado(s) de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.24. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.25. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.26. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.27. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.28. A Contratante poderá optar por avaliar a qualidade de todos os equipamentos fornecidos ou uma amostra dos equipamentos, atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo de todos os documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação em cada equipamento selecionado, para posterior rastreabilidade.

7.29. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas à CONTRATADA as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.30. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.31. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	<p>A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB.</p> <p>Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.</p>	
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p>IAE = <u>TEX – TEST</u></p> <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quando o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>	

Observações	<p><i>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</i></p> <p><i>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</i></p>
Início de Vigência	<i>A partir da emissão da OFB.</i>
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p><i>Para valores do indicador IAE:</i></p> <p><i>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral da OFB;</i></p> <p><i>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</i></p> <p><i>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</i></p>

IPE – Indicador de Qualidade/Conformidade do Equipamento

Tópico	Descrição
Finalidade	Medir a qualidade dos equipamentos entregues, verificando a conformidade estrita com as especificações técnicas e a compatibilidade funcional com o sistema operacional Windows 11 Professional e suas ferramentas de gerenciamento nativas, conforme ETP nº 148/2026.
Meta a cumprir	IPE ≥ 98% (mínimo de 98% dos equipamentos aprovados sem ressalvas no Termo de Recebimento Provisório).
Instrumento de medição	Termo de Recebimento Provisório (TRP) e Relatório de Testes Funcionais.
Forma de acompanhamento	Avaliação técnica realizada pelas Coordenadorias de Tecnologia da Informação mediante procedimentos de inspeção visual e testes funcionais (POST). A taxa de aprovação será consolidada por Ordem de Fornecimento de Bens (OFB).
Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo	$IPE = (EA / TE) \times 100$. EA: Equipamentos Aprovados no TRP; TE: Total de Equipamentos Entregues na OFB.
Início de Vigência	A partir da primeira entrega de equipamentos vinculada a uma OFB.
Faixas de ajuste	IPE ≥ 98%: Pagamento integral; 95%–97,99%: Glosa 1%; 90%–94,99%: Glosa 3%; <90%: Glosa 5% + multa 2%.

IQS – Indicador de Qualidade do Suporte Técnico Pós-Entrega

Tópico	Descrição
Finalidade	Aferir a eficácia do suporte técnico especializado prestado durante os primeiros 30 dias pós-entrega, garantindo a disponibilidade dos ativos e o cumprimento dos prazos de resposta (SLA).
Meta a cumprir	IQS ≥ 95% (mínimo de 95% dos chamados atendidos e resolvidos dentro dos prazos estabelecidos).
Instrumento de medição	Sistema de Gestão de Chamados (Service Desk), logs de e-mail de suporte e Atas de Reunião de Acompanhamento.
Forma de acompanhamento	Monitoramento dos tempos de resposta e solução pela Gestão do Contrato. Chamados Críticos (impedimento de uso): resposta em até 24h, solução em 5 dias úteis (NBD). Chamados Não-Críticos: resposta em 2 dias úteis, solução em 10 dias úteis.
Periodicidade	Mensal, durante o período de vigência do suporte técnico de 30 dias de cada lote entregue.

Mecanismo de Cálculo	$IQS = (CC / TC) \times 100$. CC: Chamados Conformes (dentro do SLA); TC: Total de Chamados abertos no período.
Observações	Dias úteis para prazos de resposta/solução; dias corridos para vigência total da garantia de 36 meses.
Início de Vigência	A partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório (TRP) de cada lote.
Faixas de ajuste	$IQS \geq 95\%$: Sem retenções; 90%–94,99%: Retenção 1%; 85%–89,99%: Retenção 3%; <85%: Retenção 5% + notificação formal para plano de correção em 30 dias.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NOS PAGAMENTOS

8.1. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não entregar equipamentos dentro do prazo estabelecido na OFB (Indicador IAE).	<p>Multa moratória de 0,07% por dia de atraso injustificado sobre o valor da OFB, limitada a 30 (trinta) dias, contados do esgotamento do prazo de entrega e de eventuais prorrogações autorizadas (item 4.6), e ressalvadas as hipóteses do item 4.1.6.1:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1–10 dias: 0,07%/dia (máx. 0,7%); • 11–20 dias: 0,07%/dia (acumulado máx. 1,4%); • 21–30 dias: 0,07%/dia (acumulado máx. 2,1%); • Acima de 30 dias: multa compensatória de 5% sobre o valor da OFB + abertura de processo de inexecução contratual.
2	Entregar equipamentos com não conformidade técnica ou defeitos de fabricação (Indicador IPE).	<p>Glosa por taxa de rejeição no lote:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até 2%: substituição sem glosa (tolerância operacional); • 2,1%–5%: multa de 1% sobre o valor do lote; • 5,1%–10%: multa de 3% sobre o valor do lote; • Acima de 10%: multa de 5% sobre o valor do lote + abertura de processo sancionatório por incapacidade técnica.
	Não atender chamados de	<p>Multa por chamado não atendido no prazo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1º descumprimento no mês: advertência formal;

3	garantia on-site nos prazos de SLA estabelecidos — NBD/24h úteis (Indicador IQS).	<ul style="list-style-type: none"> • 2º–5º descumprimento no mês: multa de 1% sobre o valor unitário do equipamento, por ocorrência; • Acima de 5 descumprimentos no mês: multa de 3% sobre o valor da OFB correspondente + notificação ao fabricante.
4	Não substituir equipamento defeituoso no prazo de 10 (dez) dias corridos durante o período de garantia, ressalvada a prorrogação autorizada nos termos do item 4.28.	Multa de 2% sobre o valor unitário do equipamento por dia de atraso na substituição, limitada a 20%. Ultrapassado o limite, multa compensatória de 5% sobre o valor da última OFB + suspensão temporária de novos pedidos na ARP.
5	Descumprimento da cláusula Keep Your Hard Drive (KYHD) — devolução ou retirada de unidade de armazenamento defeituosa sem autorização do IFSP.	Multa de 5% sobre o valor total da OFB correspondente, por ocorrência, sem prejuízo da responsabilização por eventual violação da LGPD (Lei nº 13.709/2018).
6	Descumprimento das obrigações de garantia on-site de 36 meses (recusa de atendimento, não disponibilização de peças, encerramento antecipado).	Multa compensatória de 10% sobre o valor do contrato por ocorrência não atendida + acionamento da garantia de execução (se houver) + comunicação ao fabricante para acionamento da carta de solidariedade.
7	Violação de requisitos de Segurança da Informação (acesso não autorizado a BIOS /UEFI, descumprimento de sigilo sobre configurações) ou diretrizes da LGPD.	Multa de 10% sobre o valor total da Ata de Registro de Preços + possível declaração de inidoneidade (art. 156, IV, Lei 14.133/2021), dada a natureza crítica dos dados institucionais.
8	Ausência de documentação técnica obrigatória (relatório de testes, planilha de números de série, certificados de conformidade, comprovante de garantia).	Retenção do pagamento da OFB correspondente até a regularização documental completa, limitada a 30 (trinta) dias. Após esse prazo, multa de 1% sobre o valor da OFB por dia adicional de atraso.
9	Descumprimento de qualquer outra obrigação contratual ou editalícia não especificada nos itens anteriores.	Advertência formal na primeira ocorrência. Em caso de reincidência, multa progressiva de 0,1% a 1% sobre o valor da OFB, conforme a gravidade e o dano causado, a critério da autoridade competente.

8.1.1. As sanções previstas neste item não excluem a possibilidade de aplicação das penalidades previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021, conforme a gravidade da infração.

8.1.2. As multas poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à Contratada ou cobradas judicialmente, nos termos do art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021.

8.1.3. A aplicação de sanções será precedida de notificação à Contratada, assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

8.1.4. Não incidirá multa moratória sobre o período de atraso comprovadamente decorrente das hipóteses previstas no item 4.1.6.1 (crise global de semicondutores e memória DDR5 — "RAMMAGEDDON"), desde que o Contratado comunique previamente a indisponibilidade e a comprove documentalmente junto ao fabricante, observado o limite máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos contados da emissão da OFB. Esgotado esse limite sem a entrega, aplicar-se-á o disposto na ocorrência nº 1 desta tabela quanto ao atraso remanescente.

8.2 Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

8.2.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

8.2.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8.3. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a der causa à inexecução parcial do contrato;

b der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c der causa à inexecução total do contrato;

d ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.4. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.4.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.4.4. Multa:

8.4.4.1. Moratória de **0,07%** (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida (OFB), até o limite de **30 (trinta) dias**, perfazendo o máximo de 2,1% (dois inteiros e um décimo por cento).

8.4.4.2. Moratória de **0,07%** (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de **2%** (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia de execução contratual.

8.4.4.3. Ultrapassado o limite de 30 (trinta) dias de atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Contratante, será aplicada multa compensatória de **5%** (cinco por cento) sobre o valor da OFB correspondente, sem prejuízo da abertura de processo de inexecução contratual e eventual rescisão.

8.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia de execução contratual autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.6. Multas compensatórias, graduadas conforme a gravidade da infração:

Item	Infração	Multa Compensatória
8.6.1	Inexecução total do contrato (não entrega de nenhum equipamento após esgotado o prazo da OFB + prorrogação).	5% a 10% do valor da contratação.
8.6.2	Inexecução parcial — entrega inferior a 80% dos equipamentos da OFB no prazo contratual, sem justificativa aceita.	2% a 5% do valor da contratação.
8.6.3	Atraso na entrega — em substituição à multa moratória, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias sem justificativa aceita.	1% a 5% do valor da contratação.
8.6.4	Descumprimento de obrigações de garantia on-site de 36 meses — recusa de atendimento, não disponibilização de peças ou encerramento antecipado do suporte.	1% a 3% do valor da contratação.
8.6.5	Descumprimento do SLA de suporte técnico — não atendimento de chamados de garantia no prazo NBD (24h úteis) de forma reiterada (mais de 5 ocorrências/mês).	1% a 3% do valor da contratação.
8.6.6	Violação de LGPD / Segurança da Informação — descumprimento da cláusula KYHD, acesso não autorizado a dados ou configurações, ou violação de sigilo.	5% a 10% do valor da contratação + possível declaração de inidoneidade (art. 156, IV, Lei 14.133/2021).
8.6.7	Não apresentação de documentação técnica obrigatória — ausência de relatório de testes, planilha de números de série, certificados ou comprovante de garantia, após notificação e prazo de 30 dias para regularização.	0,5% a 2% do valor da contratação.
8.6.8	Demais infrações — descumprimento de obrigação contratual ou editalícia não especificada nos itens anteriores.	0,5% a 2% do valor da contratação, conforme gravidade.

8.6.9. A aplicação das multas compensatórias não exclui a possibilidade de aplicação cumulativa das demais sanções previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº 14.133/2021 (advertência, impedimento de licitar, declaração de inidoneidade).

8.6.10. As multas compensatórias substituem a multa moratória quando aplicáveis ao mesmo fato gerador, vedada a cumulação.

8.6.11. A dosimetria da multa dentro das faixas estabelecidas considerará:

- a) A gravidade e a extensão do dano causado à Administração;
- b) A reincidência da Contratada;
- c) O grau de culpabilidade;
- d) A proporcionalidade entre a sanção e a infração cometida.

A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.7 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.8 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.9 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.10 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (*trinta*) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.11 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.12 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.12.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.13 Na aplicação das sanções serão considerados:

8.13.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.13.2 as peculiaridades do caso concreto;

8.13.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.13.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.13.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.14 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.15 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.15.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.16 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.17 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado

possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

9.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **15 (quinze)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **30 (trinta)** dias, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez)** dias úteis.

9.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.7 O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

9.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

9.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

9.12.1 o prazo de validade;

9.12.2 a data da emissão;

9.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;

9.12.4 o período respectivo de execução do contrato;

9.12.5 o valor a pagar; e

9.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

9.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

9.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

9.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

9.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

9.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

9.18 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

9.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

9.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

9.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **ICTI (Índice de Custo em Tecnologia da Informação)** de correção monetária.

Forma de pagamento

9.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

9.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.26 O contratado, regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

9.27 A presente contratação não permite a antecipação de pagamento parcial ou total.

Justificativa: A modalidade de execução é Sistema de Registro de Preços (SRP) com fornecimento parcelado por Ordem de Fornecimento de Bens (OFB). Cada OFB dispara uma demanda específica conforme necessidade do IFSP, com prazo de entrega de 60 dias. Neste modelo:

1. A quantidade total é estimada (2.100 equipamentos) mas variável conforme cronograma de inauguração dos campi;
2. Cada OFB é independente, não há etapas ou marcos predefinidos que justifiquem pagamento antecipado;
3. O risco de inadimplemento é menor: a Contratada só fatura após entregar efetivamente;
4. Permitir antecipação criaria aumento de inadimplência potencial e necessidade de garantias adicionais não justificadas para hardware padrão;
5. A Lei 14.133/2021 (Art. 145, II) admite pagamento antecipado para “situações que o justifiquem”; para SRP de bem comum, não há justificativa.

Portanto, o pagamento ocorrerá exclusivamente após a entrega e recebimento provisório dos equipamentos.

Reajuste

9.28. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em **16/05/2026** (data-base da Pesquisa de Preços nº 133/2026).

9.29. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do **Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI**, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9.30. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

9.31. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

9.32. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

9.33. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

9.34. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

9.35. O reajuste será realizado por apostilamento.

Reequilíbrio Econômico-Financeiro

9.36. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser revistos para restabelecimento da equação econômico-financeira original, nos termos do **art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021**, quando verificada alteração substancial e imprevisível nos custos dos insumos que compõem o objeto, devidamente comprovada pela parte interessada.

9.36.1. O pedido de reequilíbrio deverá ser instruído com:

- a) Demonstração do nexo causal entre o fato superveniente e o desequilíbrio alegado;
- b) Comprovação do rompimento da equação econômico-financeira original, com indicação objetiva da variação de custos;
- c) Transparência da cadeia de custos - planilha detalhada demonstrando a composição do preço original e a composição atualizada;
- d) Documentação comprobatória (notas fiscais de insumos, cotações de mercado, relatórios de índices setoriais).

9.36.2. Para fins de análise do pedido de reequilíbrio, a Administração poderá utilizar como referência os seguintes indicadores de mercado:

Indicador	Fonte	Aplicação
ICTI - Índice de Custos de Tecnologia da Informação	IPEA/Fundação Getúlio Vargas	Variação geral de custos de TIC
DRAMeXchange / TrendForce - PC DRAM Standard Module	TrendForce (relatórios trimestrais)	Variação específica de memória RAM
NAND Flash - Contract Price	TrendForce / DRAMeXchange	Variação de armazenamento SSD
Índice de Preços ao Produtor (IPP) - Fabricação de computadores	IBGE	Variação de custos industriais nacionais

9.36.3. O reequilíbrio poderá ser concedido tanto para majoração quanto para redução dos preços registrados, assegurando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em favor de ambas as partes.

9.36.4. A concessão de reequilíbrio não dispensa o cumprimento do interregno mínimo de um ano para fins de reajuste (item 9.29), sendo institutos distintos e não cumuláveis sobre o mesmo período e fato gerador.

9.36.5. O reequilíbrio será formalizado por meio de termo aditivo à Ata de Registro de Preços, após análise técnica da Equipe de Planejamento da Contratação e parecer jurídico.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta.

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

10.2. O fornecimento do objeto será integral (por Ordem de Fornecimento de Bens), mediante Sistema de Registro de Preços (SRP), com vigência de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período (art. 84, Lei nº 14.133/2021).

Critérios de aceitabilidade de preços.

10.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

10.3.1. Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

10.4. Será desclassificada a proposta que apresentar valor unitário superior ao máximo estabelecido para qualquer dos itens do grupo, ainda que o valor global do grupo esteja dentro do limite.

Exigências de habilitação

10.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.6. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.7. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.9. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

10.11. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.12. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no registro onde tem sede a matriz;

10.13. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.14. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista.

10.15. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.16. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

- 10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 10.19. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 10.20. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 10.21. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 10.22. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 10.23. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 10.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- 10.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis *dos dois últimos exercícios sociais* já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

- 10.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (art. 65, §1º, Lei nº 14.133/2021).
- 10.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio

líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação, equivalente a R\$ 1.884.576,42 (um milhão, oitocentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e seis reais e quarenta e dois centavos).

10.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação ;

10.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

10.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

10.33. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.33.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

a) Equipamentos fornecidos com garantia on-site de, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses;

b) Entrega em múltiplas unidades/localidades do contratante (mínimo 3 endereços distintos).

10.33.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

10.33.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.33.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto Contratado, dentre outros documentos.

Disposições gerais sobre habilitação

10.35. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.36. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.37. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.38. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.39. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10.40. A existência dos preços registrados nesta Ata não obriga a Administração a firmar as contratações, facultando-se a realização de licitação específica ou a utilização de soluções corporativas centralizadas, nos termos do art. 82, § 5º da Lei nº 14.133/2021. Fica expressamente previsto que a homologação de solução tecnológica macro de TIC aprovada pela Secretaria de Governo Digital (SGD) no âmbito do IFSP poderá ensejar, por razões de interesse público superveniente, a rescisão dos contratos decorrentes ou o cancelamento dos saldos remanescentes desta Ata, sem que caiba indenização de qualquer natureza às detentoras do registro.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável para o grupo único (itens 1 a 7), é de R\$ 18.845.764,15 (dezoito milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta e quatro reais e quinze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 deste Termo de Referência, apurados pela Pesquisa de Preços nº 133/2026 (Inciso IV — Média Aritmética de cotações diretas, IN SEGES/ME nº 65/2021).

11.1.1. O valor estimado **não** é sigiloso, nos termos do art. 24, §5º, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que a pesquisa de preços foi realizada exclusivamente pelo Inciso IV (cotação direta com fornecedores), sem utilização de dados sigilosos ou de sistemas restritos.

11.2. Os preços registrados na Ata de Registro de Preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

11.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2.1.1. Considerando a volatilidade atípica do mercado de semicondutores em 2026 (DRAM +125%, NAND +234% projetados — TrendForce), o pedido de reequilíbrio por álea extraordinária deverá ser instruído com:

- a) Demonstração do nexu causal entre o fato superveniente e o desequilíbrio alegado;
- b) Comprovação do rompimento da equação econômico-financeira original, com indicação objetiva da variação de custos;
- c) Transparência da cadeia de custos — planilha detalhada demonstrando a composição do preço original e a composição atualizada;
- d) Documentação comprobatória (notas fiscais de insumos, cotações de mercado, relatórios de índices setoriais).

11.2.1.2. Para fins de análise do pedido, a Administração poderá utilizar como referência os seguintes indicadores:

Indicador	Fonte	Aplicação
ICTI — Índice de Custos de Tecnologia da Informação	IPEA	Variação geral de custos de TIC
DRAMeXchange — PC DRAM Standard Module	TrendForce	Variação de memória RAM

NAND Flash — Contract Price	TrendForce	Variação de armazenamento SSD
IPP — Fabricação de computadores	IBGE	Custos industriais nacionais

11.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados.

11.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade (interregno mínimo de 1 ano a partir da data-base de 16/05/2026) e o índice previsto para a contratação (**ICTI** — Índice de Custos de Tecnologia da Informação, mantido pelo IPEA).

11.2.4. O reequilíbrio poderá ser concedido tanto para majoração quanto para redução dos preços registrados, assegurando-se a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro em favor de ambas as partes.

11.2.5. A concessão de reequilíbrio será formalizada por meio de termo aditivo à Ata de Registro de Preços, após análise técnica da Equipe de Planejamento da Contratação e parecer jurídico. O reajuste anual será realizado por apostilamento.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Este Termo de Referência foi elaborado com base nos artefatos do processo principal de aquisição de computadores do IFSP (Contratação nº 112/2026, Processo SUAP nº 23305.010145.2026-37):

Artefato	Identificação	Seções utilizadas
ETP (processo principal)	nº 84/2026 (ETP158154_000084_2026)	2.4, 2.5, 2.5.1, 2.6, 4.3, 4.4, 9.1-9.4
TR (processo principal)	nº 106/2026 (TR158154_000106_2026)	1.1, 3.6.1.1-3.6.1.10, 3.6.1.11-13, 4.1-4.9, 6.18, 9, 10
Pesquisa de Preços	nº 133/2026 (UASG 158154)	Preços unitários (Inciso IV, 3 fornecedores)
ETP (esta contratação)	v3, Cenário 5	2.4, 2.5, 4.3, 4.4, 11-14
MGR (esta contratação)	12 riscos mapeados	R01-R12

12.2. O processo principal encontra-se disponível para consulta em: https://suap.ifsp.edu.br/processo_eletronico/navegacao_processo/603933/

- 12.3. As especificações técnicas detalhadas de cada item constam dos documentos complementares (pasta TR-Specs/), que integram este TR para todos os efeitos.
- 12.4. Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/2021, no Decreto nº 11.462/2023, na IN SGD/ME nº 94/2022, nas demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, no TR nº 106/2026 do processo principal.
- 12.5. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da publicação no DOU, prorrogável por igual período (art. 84, Lei 14.133/2021). Os contratos decorrentes da ARP vigorarão até o término da garantia (36 meses após último recebimento definitivo).
- 12.5.1. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, os quantitativos registrados serão integralmente renovados para o novo período, nos termos do art. 84, §4º, da Lei nº 14.133/2021, independentemente do volume consumido durante a vigência inicial.
- 12.5.2. A renovação dos quantitativos visa assegurar a continuidade do atendimento às demandas dos 13 campi novos, cujo cronograma de inauguração e ocupação se estende ao longo de 2026 e 2027, podendo haver necessidade de aquisições complementares no segundo ano de vigência em razão de:
- a. inauguração escalonada dos campi (obras com cronogramas distintos);
 - b. ajustes de layout de laboratórios após ocupação efetiva;
 - c. demandas de expansão decorrentes de novos cursos autorizados pelo MEC após a inauguração.
- 12.5.3. O consumo dos quantitativos renovados observará os mesmos procedimentos de emissão de OFB, entrega, recebimento e pagamento previstos neste Termo de Referência.
- 12.6. A contratação observará, no que couber, as orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (CGU/AGU) e os modelos da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União.

<div>Integrante</div> <div>Requisitante</div> <div>Luiz Fernando Postingel Quirino</div> <div>Coordenador de Contratações</div> <div>Estratégicas de TI</div> <div>2392519</div>	<div>Integrante</div> <div>Técnico</div> <div>Jailton Soares de Araujo</div> <div>Tecnico de Tecnologia da</div> <div>Informação</div> <div>1192957</div>	<div>Integrante</div> <div>Administrativo</div> <div>Luis Augusto Dias Cesar</div> <div>Administrador</div> <div>2359729</div>
--	---	--

<div>Autoridade Máxima da Área de TIC[A3]</div>
<div>Leonardo Menzani Silva</div> <div>Diretor de Tecnologia da Informação</div> <div>1037893</div>

Aprovo,

Autoridade Competente Administrativa
<div><div></div><div>Guilherme Vinícius Ascendino Silva</div><div>Diretor Adjunto de Licitações e Contratos</div><div>1404342</div></div>

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

GUILHERME VINICIUS ASCENDINO SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/06/2026 às 16:15:50.

LEONARDO MENZANI SILVA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 19/06/2026 às 16:19:13.

LUIS AUGUSTO DIAS CESAR

Membro da comissão de contratação

LUIZ FERNANDO POSTINGEL QUIRINO

Membro da comissão de contratação

JAILTON SOARES DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação

HECTOR DANIEL GARCIA DAITTER

Membro da comissão de contratação

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - 3 - DECLARACAO DE PLENO CONHECIMENTO DAS CONDICÕES DO OBJETO CONTRATUAL.pdf (443.49 KB)
- Anexo II - 5 - DECLARACAO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E ADMINISTRACAO PUBLICA.pdf (393.43 KB)
- Anexo III - 6 - Declaracao de nao emprego - menor de idade.pdf (356.8 KB)
- Anexo IV - 7 - Termo de ciencia manutencao de sigilo e das normas de seguranca vigentes.pdf (519.61 KB)
- Anexo V - 8-termo de compromisso de manutencao do sigilo.pdf (577.62 KB)
- Anexo VI - 9-TERMO DE RECEBIMENTO PROVISORIO.pdf (552.98 KB)
- Anexo VII - 10-TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.pdf (570.44 KB)
- Anexo VIII - Modelo OS.pdf (39.08 KB)

**DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Pregão Eletrônico nº XX-XXX/20XX

Razão Social da Empresa: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ nº 00.000.000/0000-00, Endereço: XXXXXXXXXXXX, Telefone: (XX) XXXXXX-XXXX, E-mail: XXXXXXXXXXXX.

Declaro que a empresa **(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)**, inscrita no **CNPJ nº 00.000.000/0000-00**, sediada no endereço **(ENDEREÇO COMPLETO COM CEP)**, possui os seguintes contratos firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão ou Empresa	Vigência do Contrato	Valor Total do Contrato
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX
(RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA)	XX/XX/XX até XX/XX/XX	R\$ XXX.XXX,XX

Somatório dos valores totais dos Contratos elencados na tabela acima: R\$ XXX.XXX,XX

(município), (dia) de (mês por extenso) de (ano)

Assinatura e identificação do Representante Legal ou Procurador da Empresa

Nome completo: _____

RG ou equivalente: _____

(CARIMBO DA EMPRESA)

ANEXO IX
DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O LICITANTE DEVERÁ APRESENTAR OS RESULTADOS DOS SEGUINTE CÁLCULOS PARA FINS DE COMPROVAÇÃO DO DISPOSTO NO ANEXO VII-E, DA INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES Nº 05/2017:

A) COMPROVAÇÃO DA SUBCONDIÇÃO:

Cálculo demonstrativo visando comprovar que o patrimônio líquido é igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor dos contratos firmados com a administração pública e com a iniciativa privada.

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} > 1$$

CÁLCULO DO LICITANTE =

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido} \times 12}{\text{Valor total dos contratos}} = \text{XXXXXXXXX}$$

Observação 1: O resultado acima deverá ser superior a 1 (um).

Observação 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

B) COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO:

Cálculo demonstrativo da variação percentual do valor total constante na declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública em relação à receita bruta.

$$\frac{(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100}{\text{Valor da receita bruta}} =$$

CÁLCULO DO LICITANTE =

$$\frac{(\text{Valor da receita bruta} - \text{Valor total dos contratos}) \times 100}{\text{Valor da receita bruta}} = \text{XXXXXXXXX}$$

Obs.: Caso o percentual encontrado seja maior que 10% (positivo ou negativo), o licitante deverá apresentar as devidas justificativas no campo abaixo.

JUSTIFICATIVAS DO LICITANTE CASO HAJA VARIAÇÃO PERCENTUAL SUPERIOR A 10% APÓS CÁLCULO ACIMA:

<ESPAÇO DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE>

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<ESPAÇO DESTINADO À IDENTIFICAÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE>

TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no Órgão/Entidade>.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados>.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 1/2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	XXXXXXXXXXXX

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada

Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	

...
-----	-----	-----

Local, XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX.

Assinatura e identificação do Representante Legal ou Procurador da Empresa

Nome Completo: _____

RG ou equivalente: _____

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

< Este *template* considera as alterações da IN SGD/ME nº 1/2019 decorrentes da IN SGD/ME nº 31/2021>.

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 1/2019.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do **CONTRATO N.º <nº do contrato>** doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1 – OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3 – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4 – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência

de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções

adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6 – VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7 – PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

8 – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9 – FORO

A CONTRATANTE elege o foro da capital São Paulo, Justiça Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10 – ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA	CONTRATANTE
<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>	<hr/> <p><Nome> Matrícula: xxxxxxxx</p>
TESTEMUNHAS	
<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>	<hr/> <p><Nome> <Qualificação></p>

Local, XX de XXXXXXXXXXXX de 20XX.

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

< Este *template* considera as alterações da IN SGD/ME nº 1/2019 trazidas pela IN SGD/ME nº 31/2021>.

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

INTRODUÇÃO
<p>O Termo de Recebimento Provisório declarará formalmente à Contratada que os serviços foram prestados ou que os bens foram recebidos para posterior análise das conformidades e qualidade, baseadas nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.</p> <p>Referência: Inciso XXI, Art. 2º, e alínea “a”, inciso II, art. 33, da IN SGD/ME Nº 1/2019.</p>

1 – IDENTIFICAÇÃO			
CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO			
SOLUÇÃO DE TIC			
<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>			
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...			
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Por este instrumento, atestamos, para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “a”, da IN SGD/ME nº 01/2019, atualizada pela IN SGD/ME nº 31/2021, que os **<serviços / bens>** correspondentes à **<OS/OFB>** acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram recebidos provisoriamente na presente data e serão objetos de avaliação por parte da **CONTRATANTE** quanto à adequação da entrega às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo destes serviços ocorrerá após a verificação dos requisitos e demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**.

4 – ASSINATURAS

FISCAL TÉCNICO

<Nome do Fiscal Técnico do Contrato>

Matrícula: xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato> Matrícula:

xxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
DD/MM/AAAA	1.0	Primeira versão do documento.	XXXXXXXXXXXX

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

< Este *template* considera as alterações da IN SGD/ME nº 1/2019 trazidas pela IN SGD/ME nº 31/2021>.

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

INTRODUÇÃO

O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem aos requisitos estabelecidos e aos critérios de aceitação.

Referência: Alínea “f”, inciso II, e alínea “d”, inciso III, do art. 33, da IN SGD/ME Nº 1/2019.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXX

Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/BENS E VOLUMES DE EXECUÇÃO

SOLUÇÃO DE TIC

<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				

3 – ATESTE DE RECEBIMENTO

Por este instrumento atestamos, para fins de cumprimento do disposto na alínea “f”, inciso II, e alínea “d”, inciso III, do art. 33, da IN SGD/ME Nº 1/2019, alterada pela IN SGD/ME nº 31/2021, que os <serviços / bens> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela **CONTRATADA** e atendem às condições contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Termo de Referência do Contrato acima indicado.

4 – DESCONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR

De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, **<não>** há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejam indicação de glosas e sanções, **<cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>**.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à **<OS/OFB>** acima identificada monta em R\$ **<valor>** (**<valor por extenso>**).

Referência: **<Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>**.

5 – ASSINATURA	
FISCAL TÉCNICO	FISCAL REQUISITANTE
<p>_____</p> <p><Nome do Fiscal Técnico> Matrícula: xxxxxxx</p> <p><Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</p>	<p>_____</p> <p><Nome do Fiscal Requisitante> Matrícula: xxxxxxx</p> <p><Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</p>

<As seções seguintes podem constar em documento diverso, pois dizem respeito à autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato, e a respectiva ciência do preposto quanto a esta autorização>.

6 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Nos termos da alínea “e”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 01/2019, atualizada pela IN SGD/ME nº 31/2021, AUTORIZA-SE a **CONTRATADA** a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.

<Nome do Gestor do Contrato> Matrícula:

xxxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

7 – CIÊNCIA

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

DOCUMENTO 912969

ATENÇÃO!

< Os trechos marcados em vermelho neste documento são editáveis, notas explicativas ou exemplos, devendo ser substituídos ou excluídos, conforme necessidade>.

<Conforme **ACÓRDÃO 172/2021 – TCU -PLENÁRIO**, os órgãos e entidades federais têm o dever legal de realizar o planejamento prévio de cada contratação de TIC, inclusive daquelas viabilizadas mediante adesão a ARPs, que vai além do mero preenchimento formal dos artefatos previstos na legislação>.

ORDEM DE SERVIÇO OU DE FORNECIMENTO DE BENS

INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		

Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	XXXXXXXXXXXXXX

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS					
Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1
...
Valor total estimado da OS/OFB					

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES
--

<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB>

<Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega>

<Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início:

<dd/mm/aaaa>

Data do Fim:

<dd/mm/aaaa>

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA

Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5 – ARTEFATOS / PRODUTOS

Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >

<Responsável pela demanda/ Fiscal Requisitante>

Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >

Gestor do Contrato

Matr.: <Nº da matrícula>

<Local>, xx de xxxxxxxx de xxxx

DOCUMENTO 912969